



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022



ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

MCMXCV



Índice

I. Nota prévia	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Missão, visão e valores	8
IV. Ética, transparência e responsabilidade	9
V. Princípio da qualidade	10
VI. Análise SWOT	11
VII. Dinamização das representações	12
VIII. Órgãos sociais para o quadriénio 2022-2025	13
IX. Estrutura interna	17
X. Vetores estratégicos	18
XI. Atividades e projetos para 2021	20
XII. Orçamento participativo	43
XIII. Conclusões	44
XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2022	45
XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2022	68



I. Mensagem da Bastonária

*«Não é o mais forte que sobrevive,
Nem o mais inteligente,
Mas o que melhor se adapta às
mudanças!»*

Leon Megginson

O sucesso nasce do querer, do trabalho persistente, do empenho constante, da união, do espírito de equipa, da motivação altruísta e alegria para se alcançar o objetivo traçado. Por mais ambiciosos que sejam os objetivos, com a atitude correta, conseguimos alcançar os nossos sonhos.

Com este lema de vida, depois de ter sido eleita Bastonária em 2018 e com intensos quatro anos de trabalho, em que tantas e tantas vitórias foram alcançadas, no final de 2021, mereci a confiança dos contabilistas certificados que, no ato eleitoral mais concorrido de sempre, em que participaram mais de 24.000 membros, elegeram a lista que encabecei com a mais clara percentagem de sempre: 88,7% para o Conselho Diretivo, 87,4% para o Conselho Jurisdicional, 86,3% para o Conselho Fiscal e 86,3% para a Assembleia Representativa.

Encaramos 2022 e os quatro anos que temos pela frente com otimismo, garra, motivação e confiança plena que conseguiremos superar os feitos alcançados entre 2018 e 2021 e dar ainda mais à nossa profissão e aos contabilistas certificados.

Temos hoje uma Ordem presente na vida dos membros, disponível para os apoiar profissional, técnica, pessoal e socialmente. Uma Ordem transparente, rigorosa e saudável financeiramente. Uma Ordem com a maior notoriedade social e política. Uma Ordem dos membros, que trabalha exclusivamente na defesa dos direitos e interesses dos mesmos. Uma Ordem que regula uma profissão de interesse público. Uma Ordem que reforçou o quadro normativo para o exercício da profissão.

Os profissionais são hoje, inegavelmente, os agentes económicos mais capacitados e que melhor apoiaram o tecido empresarial durante a pandemia. Somos vistos pela sociedade civil, tecido empresarial e poder político, como os mais confiáveis, tecnicamente conhecedores e qualificados profissionais da área económica e financeira. Somos os agentes que permanente acrescentam valor aos seus clientes e que mais rapidamente

encontram soluções para os problemas e questões dos contribuintes. Somos agentes de interesse e fé pública, sinónimo de transparência e credibilidade, o nosso valor é imensurável.

Em quatro anos, reforçamos a nossa posição. Há que tirar proveito desse esforço, desse trabalho, desse empenho e nos próximos quatro anos, com o incontestável apoio da Ordem, alavancar a profissão para uma nova e melhor realidade. À Ordem, cumpre acompanhar os seus membros, percebendo, com perspicácia, imparcialidade e isenção técnica, emocional e política, qual a melhor orientação para a profissão. Como entidade que regula a profissão, cumpre à Ordem defender os seus membros e o valor do trabalho que estes produzem com base no interesse público da profissão, deixando de lado quaisquer outros interesses.

Numa primeira análise até pode parecer paradoxal, mas a pandemia de Covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), reforçou o papel dos contabilistas certificados em Portugal e no mundo. Hoje, ultrapassados os mais complicados obstáculos, mostramos uma vez mais a resiliência e determinação de uma classe profissional que diariamente se supera e ultrapassa os desafios com reforçado interesse público e papel junto da economia, governo, poder político e sociedade civil.

Comigo, enquanto Bastonária, estarei sempre ao lado de todos os membros trabalhando intransigentemente pela defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados e do interesse público.

II. Enquadramento jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro e pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, ascendem, à presente data, a 68.120 membros com a inscrição ativa, dos quais 36.687 são mulheres e 31.433 homens, contando ainda com mais 2.443 membros com a inscrição suspensa, totalizando 70.563 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, os regulamentos da Ordem, o Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

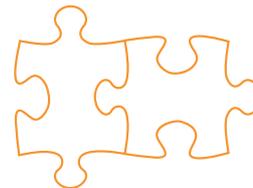
A instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispendo de um quadro de competência que pretendem o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho fiscal.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo "elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.". Atendendo ao ato eleitoral do passado dia 18 de novembro de 2021, que elegeram os órgãos sociais para o mandato de 2022/2025, apenas após a eleição e tomada de posse dos órgãos sociais eleitos no referido ato, foi possível ao Conselho Diretivo elaborar e apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (PAO/2022).

O PAO é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de contabilista.

III. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Competência; Confiança; Ética; Excelência; Integridade; Lealdade; Responsabilidade; Rigor; Sustentabilidade; Transparência.

IV. Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.



V. Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparentes e honestas.



VI. Análise SWOT*

S	W
O	T

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência técnica • Processo célere de resposta aos membros • Capacidade formativa e disponibilização de aplicações • Apoio e proximidade aos membros • Representações em todas as capitais de distrito • Preocupação social com os membros • Reconhecimento político e social • União da profissão 	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captação e atração de jovens para a profissão • Relacionamento ético e deontológico entre os membros • Certificação de qualidade externa • Inadequação de instalações de determinadas representações • Processos e procedimentos não desmaterializados • Falta de Contabilistas especialistas
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e valorização profissional pelo poder político e sociedade civil • Transformação digital • Contabilidade pública (SNC-AP) • Pandemia Covid-19 • A sustentabilidade empresarial • Aumento de competências • Plano de Recuperação e Resiliência 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade legislativa • Pandemia Covid-19 • Desregulação profissional • Envelhecimento dos profissionais • Política concorrencial dos membros

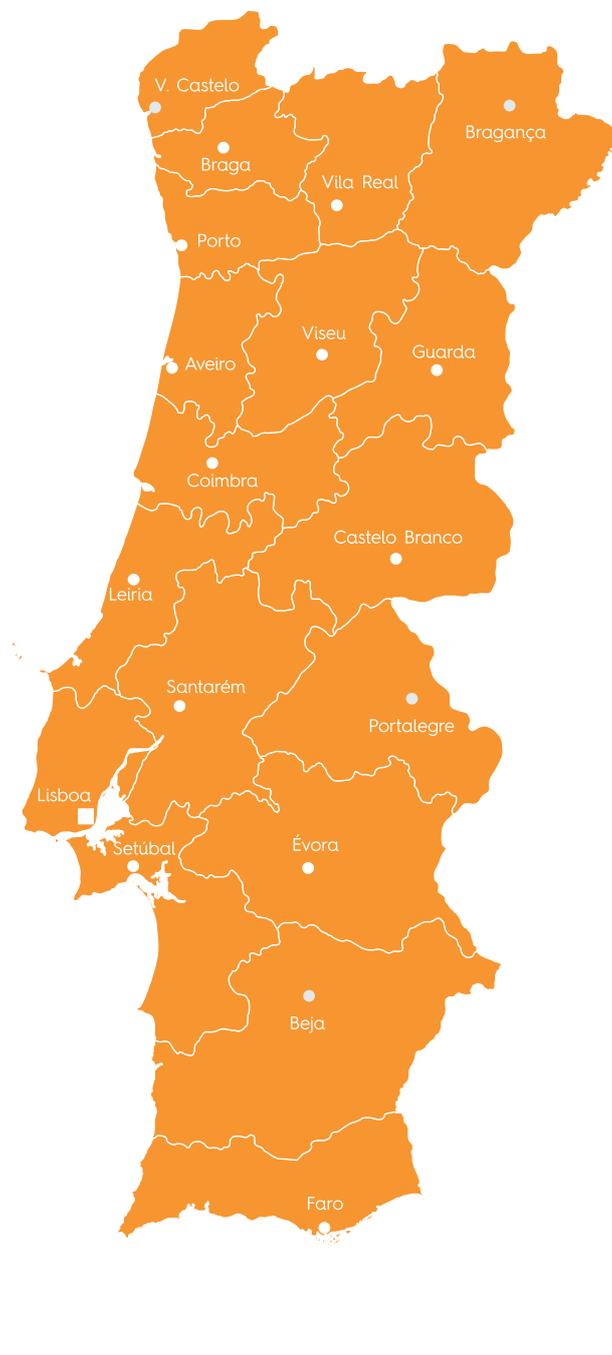
VII. Dinamização das representações



O ano de 2021 assinalou um marco histórico para a Ordem dos Contabilistas Certificados pois, pela primeira vez, a Ordem conseguiu uma plena representação geográfica, detendo representações em todos os distritos do país, garantindo assim um polo de proximidade física entre os contabilistas certificados e a instituição.

A existência de representações em todos os distritos do país, permite que os contabilistas certificados disponham, perto de si, de um local onde podem ver resolvidos os mais variados assuntos profissionais. Paralelamente, estes espaços servem como locais de formação, estudo, *networking*, convívio e bem-estar dos contabilistas certificados.

Queremos mais, por isso, em 2022, vamos iniciar um plano de desenvolvimento e melhoria das representações, dotando-as de meios técnicos que permitam os membros usufruir de atendimento técnico nas diversas áreas presencialmente ou por meios telemáticos. Paralelamente, iremos também apostar mais na disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem, bem como serviços que promovam por melhores condições de saúde e bem-estar aos contabilistas certificados. Ademais, promoveremos tertúlias, conferências e sessões regionais que dinamizem não só os espaços como a profissão, economia, cultura e sociedade locais.



VIII. Órgãos Sociais do quadriênio 2022-2025



CONSELHO DIRETIVO

	Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
	Vice-presidente	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
	1.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
	2.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
	3.º vogal	Helena Cristina Almeida da Costa
	4.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
	5.º vogal	Pedro Nuno Mendes Ferreira

CONSELHO JURISDICIONAL

	Presidente	Eugénio Lourenço da Silva Faca
	1.º vogal	Rita Gonçalves Cordeiro
	2.º vogal	Mário Paulo Baptista Cabêda
	3.º vogal	Maria Clara Roque Jesus Oliveira
	4.º vogal	Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano

CONSELHO FISCAL



Presidente

Mário da Cunha Guimarães



Vogal

Raquel Vandra da Mota Pinto



ROC

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA



Presidente

Carlos José Castro Alexandre



Vice-presidente

Aníbal José de Sousa



1.º secretário

Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho



2.º secretário

Rita das Neves Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Isabel Maria Borges Freitas

Círculo de Aveiro

Andreia Raquel Martins Almeida
Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela
Daniel Filipe Moreira Lopes
João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
Pedro Nuno Bastos Lima
Susana Maria da Costa Neves

Círculo de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Maria Ana Mourão Sargento

Círculo de Braga

Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
José Soares Roriz
Eva Maria Ferreira Salgado
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
Manuel Cruz Gonçalves
Osvaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo de Coimbra

Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Fernando Emanuel Pimenta Girão
Sílvio Carvalho Vilão

Círculo de Évora

António Manuel dos Santos Nabo

Círculo de Faro

Carlos Manuel Pera Nunes
José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira

Círculo de Guarda

Amâncio Fernandes Antunes
Rosa Maria da Silva Dias

Círculo de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Leonel Mendes Francisco

Rita das Neves Marques
Vanda Filipa da Conceição Sousa

Círculo de Lisboa

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Ana Margarida Luís Apolinário
António de Jesus Nunes
Carlos José Castro Alexandre
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Maria José Almeida
Maria Teresa Eva das Neves
Mónica Sofia Duarte Marçal
Nelson Alexandre Ferreira
Paulo Alberto Vieira Correia Gomes
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Pedro Nuno Ramos Roque
Rui Manuel Machado Ferreira
Susana Maria Fernandes Pereira
Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente
Vítor Lino Soares Martins

Círculo da Madeira

Ana Margarida Brazão Escórcio
João Manuel dos Ramos

Círculo de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Paulo Alexandre Vivas Castanho

Círculo do Porto

António Jorge Gomes de Azevedo
Bruno Alexandre da Rocha Silva
Carlos Alexandre Quelhas Martins
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho
Júlia Paula da Silva Jardim Martins
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves



Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Vítor Manuel Silva Oliveira

Círculo de Santarém

Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Carlos Manuel Boavida Ferreira
Manuel Joaquim Borralho Ramalho

Círculo de Setúbal

Alfredo de Jesus Alves
Ana Margarida Ferreira Traquino
Carla Isabel Marques Pereira
Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Manuel Anastácio Teles de Matos
Maria Lúcia Bárbara Quendera

Círculo de Viana do Castelo

António José dos Prazeres Faria Luciano
Maria Deolinda Rufino Viana Correia

Círculo de Vila Real

António Carlos Gomes Dias
Maria João Pinto Borges

Círculo de Viseu

Angélica Maria de Jesus Franco Fernandes
Paulo Jorge dos Santos Marques

IX. Estrutura interna



A estrutura da Ordem será continuamente reforçada e melhorada, por forma a responder sempre, de forma ágil, flexível, competente e célere, às necessidades técnicas, profissionais, sociais e pessoais dos contabilistas certificados.

Em 2022, continuaremos o caminho de reforço dos recursos humanos e capacidade técnica da Ordem, dispondo-se de uma maior e melhor capacidade de resposta. Sem rodeios nem dúvidas, podemos orgulhosamente afirmar que a Ordem é a instituição em Portugal mais credível em matérias contabilísticas e fiscais, querendo-se, não só preservar como reforçar esta reputação, garantindo aos membros e demais interessados, que toda a informação que acedem via Ordem é informação fiável e certa. Em tempos de desinformação, seremos sempre um porto de abrigo para os contabilistas certificados.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 127 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.



X. Vetores estratégicos



O PAO foi construído tendo por base três grandes vetores estratégicos definidos pelo conselho diretivo da Ordem para a implementação da política definida para o mandato 2022-2025 como a seguir se apresenta.

I) A Ordem dos membros, para os membros e com os membros

A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo a Ordem manter-se sempre ao lado dos membros. A regulação profissional e a defesa do interesse público da profissão não são, nem podem ser, realidades contrárias.

Continuaremos a assegurar que no exercício das nossas funções, conseguiremos conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. Esta gestão, que não se pode confundir com sindicâncias ou posições políticas, deve ser sempre executada com transparência, rigor, honestidade intelectual e moral, e focada na criação de valor para a profissão.

II) Re-invenção do contabilista certificado

A revolução nas profissões é hoje afetada pela digitalização de procedimentos, mercado económico global e mudanças climáticas. Estes três fatores mudam o mundo, interagindo entre si e exercendo influência na política, geopolítica, mercado de trabalho, ética e sociedade civil.

Em 2008, quando todos nos encontrávamos apenas, e mal, focados na crise financeira mundial, iniciou-se uma revolução social que ditou o paradigma atual. Neste ano, a *Apple* lançou o primeiro *iPhone*, a *Google* o *Android*, criou-se a *Bitcoin*, nasceu a *Uber*, o *AirBnB* e a desinformação começou a proliferar nas redes sociais.

Para sermos agentes ativos na definição do futuro paradigma social e para termos sucesso, teremos de dispor de competências digitais, no sentido de tirar proveito das novas tecnologias. É necessário um conhecimento apurado e diverso para se ser um bom consultor, ter visão estratégica, saber comunicar e de forma mais ágil, prática e perceptível, apostar no *marketing* digital, melhorar procedimentos internos, desenvolver novos modelos de negócio e criar um ecossistema profissional mais produtivo.

Atendendo ao desenvolvimento tecnológico, importa que amanhã estejamos mais bem preparados do que o estávamos ontem, pelo que é nosso compromisso garantir que a Ordem orientará os seus membros nesse caminho, qualificando-os, informando-os e disponibilizando-lhes todas as ferramentas necessárias ao desempenho profissional, pautado pelos mais elevados padrões de qualidade.

III) Profissão de interesse público

O interesse público da profissão prende-se com o valor que o poder político, tecido empresarial e a sociedade civil dá ao nosso trabalho. Requerendo, cada vez maior quantidade e mais variada informação, por forma a não só garantirmos, mas também reforçarmos o interesse público da nossa profissão, temos de abraçar o nosso papel e responsabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Enquanto criadores de valor dotados de interesse público, devemos procurar desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do paradigma económico e social sustentável, produzindo trabalho que se foque não só no relato financeiro, mas também no relato social e ambiental.

Tendo-se celebrado, recentemente, os 500 anos da viagem de circunavegação de Fernão Magalhães, tal como ele, no futuro próximo, teremos de possuir uma visão global e focarmo-nos nos aspetos políticos, sociais, ambientais e tecnológicos. Ao leme da Ordem, alocaremos todos os recursos necessários que possibilitem aos contabilistas certificados dedicarem-se à criação de valor.

XI. Atividades e projetos para 2022



A) A Ordem dos Contabilistas Certificados

Em quatro anos, reconfigurámos por completo a Ordem dos Contabilistas Certificados. Com contas saudáveis, dedicada exclusivamente aos membros, aberta e sempre disponível para apoiar e ajudar, seja técnica ou socialmente, a Ordem é hoje a entidade reguladora de uma profissão com maior notoriedade e credibilidade junto do governo, poder político, tecido empresarial e sociedade civil. Assinalada e reconhecida pela sua imparcialidade e isenção política, independência e rigor técnico, a Ordem e os contabilistas certificados, são sinónimo de inegável participação económica e social no país e na comunidade.

Mas somos ambiciosos e devemos ser sempre mais auspiciosos. Assim, com as bases construídas e solidificadas, não só queremos reforçar o trabalho realizado nos últimos anos, como queremos conquistar mais vitórias, sempre e em exclusivo benefício, da profissão e dos contabilistas certificados.

Ações previstas:

- Desmistificar a insuficiente perceção sobre a profissão, elevando o seu estatuto social que, atendendo aos conhecimentos técnicos e importância da intervenção na economia e no funcionamento da sociedade, justifica ser o mais elevado junto da sociedade civil em geral;
- Dando seguimento ao resultado do Referendo ao projeto da «Casa dos CC», iremos alienar o espaço de Lisboa, alocando a receita a investimento em imobiliário necessário para a expansão dos serviços prestados aos membros, mais concretamente, reconstruindo as instalações do Porto e promovendo melhorias necessárias nas representações, por forma a incrementar as condições dos serviços prestados aos membros;
- Verificar e fazer cumprir, permanentemente, o dever de nomeação de um contabilista certificado que exerça as funções de diretor técnico, por estabelecimento, das sociedades de contabilidade, conforme previsto no art.º 20.º do EOCC;
- Após a renovação do Sistema de Informação do Contabilista Certificado (SICC) para versão *web* 2021, continuar a aposta no desenvolvimento e melhoria contínua da plataforma, tornando-a mais ágil, célere e com mais informação;
- Manter a defesa intransigente do dever de sigilo profissional, criando um serviço jurídico destinado a apoiar os contabilistas certificados que dele necessitem;

- Apostar num forte processo de ressignificação do contabilista certificado, através do impulso de uma mensagem pública, que transmita e conscientize todos os agentes sociais para o atual perfil do profissional, tendo em conta a sua real função e valor;
- Manter uma constante produção de "*merchandising* OCC", que potencie o orgulho e a força da profissão;
- Disponibilizar gratuitamente aos membros espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem;
- Elaboração frequente de questionários sobre o estado da profissão;
- Disponibilizar via *web* a possibilidade de pesquisa e consulta por formador e tema, de todas as questões respondidas nas reuniões livres, obtendo automaticamente o vídeo da resposta no minuto e segundo em que a mesma ocorreu.
- Promoção de ações tendentes ao contínuo desenvolvimento dos programas de *software* de contabilidade, garantindo que os programas de todos os contabilistas certificados respondem às mais atuais necessidades legislativas e profissionais;
- Do TOConline:
 - Disponibilização de novos módulos: · Central financeira que permita controlar as disponibilidades de tesouraria e pagamentos; · Ligação automática aos bancos para obtenção automática dos movimentos e documentos;
 - Melhorar as funcionalidades dos módulos: · Gestão administrativa; · Gestão comercial; · Reconciliações bancárias; · Gestão de gabinetes; e – Arquivo digital, explorando as potencialidades tecnológicas e digitais disponíveis;
 - Disponibilização da ferramenta de pré-emissão da totalidade das demonstrações financeiras, incluindo o anexo, com todos os mapas, e permitindo a integração com textos explicativos com o relato;
 - Oferta de uma formação inicial a todos os novos utilizadores contabilistas certificados;
 - Melhorar o manual de todos os módulos de modo a responder às necessidades de manuseamento dos utilizadores;
 - Manter a formação em ambiente de trabalho TOConline, ajudando na implementação do *software*;
 - Melhorar o atendimento técnico escrito, telefónico e presencial, através da alocação de recursos em todas as representações distritais da Ordem.

B) O profissional e a profissão

De acordo com a teoria dos *stakeholders*, o contabilista certificado, está no centro das relações que se estabelecem entre os vários interessados no seu trabalho, afetando-os significativamente.

Inserido no centro de uma multiplicidade de relações, com o tecido empresarial, com a sociedade civil, com a Ordem, com o Governo e demais entidades públicas, é importante que os contabilistas certificados se sintam e sejam efetivamente apoiados em cada uma dessas ligações.

Só através da ação conjunta de todas as partes interessadas no trabalho dos contabilistas certificados será possível reforçar o interesse público da profissão e as condições profissionais e pessoais de cada contabilista certificado. Assim, cumpre à Ordem alocar medidas, disponibilizar ferramentas e ação social, empresarial e atuar politicamente junto de todas as partes interessadas, por forma a se alcançarem os objetivos pretendidos.

Ações previstas:

- Dos honorários:
 - Muitos profissionais praticam preços desajustados à qualidade do trabalho que prestam, desvalorizando a sua própria formação e os conhecimentos que obtiveram, continuando a ter de os adquirir para prestar os seus serviços, tendo ainda de dispor de tempo para consultas e esclarecimento de dúvidas. Queremos contribuir para encontrar uma solução que aumente os valores cobrados versus recursos necessários, possibilitando uma melhor gestão do trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados e melhor qualidade de vida dos membros;
 - Promover por um melhor conhecimento sobre a profissão e a sua relevância junto do tecido empresarial e sociedade civil;
 - Oferta de formações personalizadas, manuais e artigos específicos para cálculo de honorários;
 - Averiguações disciplinares sobre contabilistas certificados que não tenham cumprido o dever de lealdade;
 - Pugnar para que todos os contabilistas certificados, trabalhadores dependentes da Administração Pública, tenham uma remuneração adequada à sua função e atualizada frequentemente;
 - Ações de publicidade, *marketing* e alerta social junto do tecido empresarial e sociedade civil;
 - Trabalhar em parceria com a Associação Portuguesa das Empresas de Conta-

bilidade e Administração (APECA), para que junto das entidades competentes, se reformule a convenção coletiva de trabalho, consagrando a designação do contabilista certificado, eliminando as categorias profissionais de contabilista e técnico oficial de contas, distinguindo o contabilista certificado que assume a responsabilidade perante a Autoridade Tributária e o contabilista certificado que não assume essa responsabilidade, aumentando proporcionalmente todos os valores de remuneração previstos para estas categorias profissionais; e

- Atuar em sede de certificação de qualidade, junto de um contabilista certificado que comprovadamente pratique honorários desadequados à complexidade, ao volume de trabalho, à amplitude da informação a prestar e à responsabilidade assumida pelo trabalho executado;
- Plano de apoio à reestruturação da atividade dos contabilistas certificados. A requerimento do próprio, disponibilizaremos uma equipa de contabilistas certificados com o propósito de ajudar o contabilista requerente a reestruturar a sua atividade, através da alteração do modelo de negócio, mecanismos de controlo interno, procedimentos profissionais, renegociação de avenças, seleção criteriosa de clientes e demais medidas que permitam ao contabilista requerente reorganizar o seu trabalho e, conseqüentemente, adquirir melhores condições pessoais e profissionais;
- Reforçar e alargar o âmbito de intervenção dos contabilistas certificados nas empresas, na sociedade civil e no Estado;
- Criação de um gabinete de apoio aos membros no acompanhamento às inspeções tributárias, garantindo a igualdade de forças necessárias aquando de um ato inspetivo;
- Acompanhar permanentemente o desenvolvimento do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) como contabilista certificado;
- Elaborar o Guia do Contabilista Certificado, que apresente todos os serviços disponibilizados pela Ordem aos seus membros, bem como todos os serviços que os contabilistas certificados disponibilizam ao tecido empresarial e à sociedade civil;
- Visando a melhoria significativa dos procedimentos de trabalho do contabilista certificado e de modo que o membro reforce as suas competências e desperte a consciência sobre o que realmente impacta os seus resultados profissionais, será disponibilizado o manual de Gestão de Projetos e Controlo das Tarefas do Contabilista Certificado;
- Continuar a dinamizar a plataforma "Bolsa de Emprego" onde se possam inscrever contabilistas certificados e empregadores;
- Reforçar a proteção dos contabilistas certificados que denunciem situações de

fraude ou outros crimes fiscais; e

· Desenvolver um mecanismo de proteção para os contabilistas certificados trabalhadores dependentes, de modo a garantir que tenham a necessária ajuda em processos de demissão ou em situações que se vejam confrontados com pressões que violem normas profissionais e/ou éticas e deontológicas.

C) A Ordem e o poder político

A postura política da Ordem, isenta, imparcial, independente e tecnicamente rigorosa, permitiu a construção de fortes ligações de trabalho com o governo e demais forças políticas. Nunca antes, a Ordem foi tão considerada e ouvida pelas mais amplas e variadas forças político-partidárias, o que permitiu o alcance de vitórias extraordinárias com tremendo impacto, quer na profissão, quer na vida pessoal e profissional dos contabilistas certificados.

A Ordem destaca-se hoje por ser o mais interventivo ator em relação à defesa dos interesses dos profissionais do setor, dos contribuintes e das empresas, bem como quem mais tem procurado reforçar a credibilidade e o estatuto da classe, contribuindo para o prestígio da profissão. Este trabalho, será cada vez mais aproveitado, permitindo novas e importantes medidas para um melhor enquadramento da profissão e da nossa classe.

Ações previstas:

- Com o alto patrocínio da Presidência da República, organizar, em parceria com o Supremo Tribunal Administrativo, um conjunto de conferências, de âmbito internacional, para reflexão sobre a justiça tributária em Portugal;
- Continuar o processo de afirmação junto do poder político, reforçando a influência e voz da Ordem em todos os processos legislativos e executivos com influência direta e indireta na profissão e nos profissionais;
- Pugnar por maior estabilidade legislativa, possibilitando que os contabilistas certificados possam acrescentar mais valor aos seus clientes, como por exemplo, em matéria de planeamento fiscal e modelos de crescimento económico;
- Alterar o normativo referente à liquidação do Pagamento por Conta de IRC, fazendo com que o aviso quantificado do pagamento a efetuar e data-limite do respetivo pagamento seja emitido e notificado pela AT;
- Regulamentação do SAF-T (PT);
- O SAF-T (PT), tal como hoje existe, não é viável técnica e juridicamente. Por isso, continuaremos a trabalhar junto do Governo e da Assembleia da República para que o projeto seja alterado. Suspensa a entrada em vigor da sua submissão, é

necessário repensar o projeto, salvaguardando os interesses dos contribuintes, do país e dos contabilistas;

- Assegurar, ao longo de todo o processo e sem qualquer condicionalismo, que a submissão do SAF-T (PT) da contabilidade, caso entre em vigor, garanta a confidencialidade e o sigilo profissional do contabilista certificado e do seu cliente;
- Reforçar o enquadramento jurídico do regime das "férias fiscais", nomeadamente através da inclusão das obrigações relacionadas com a Segurança Social e os Fundos de Compensação;
- Para defesa do interesse público, da transparência e boa gestão da administração dos recursos públicos, continuaremos a alocar todos os nossos esforços ao processo de regulamentação do contabilista certificado público, de forma que a função seja obrigatória e exclusivamente exercida por um contabilista certificado, pois estes são os únicos profissionais com competência e qualificações adequadas à implementação do normativo público (SNC-AP);
- Aperfeiçoamento contínuo do regime jurídico do justo impedimento, mantendo-o atual face a novas alterações legislativas e alargando as obrigações profissionais tuteladas pelo regime;
- Manter atualizada a bolsa de contabilistas certificados suplentes, assegurando que os profissionais que nela constam têm a inscrição em vigor e nenhuma sanção disciplinar é aplicada, agilizando, simultaneamente, o processo de indicação de um contabilista certificado suplente;
- Manter atualizada a bolsa de contabilistas certificados peritos, para os tribunais judiciais e para a polícia judiciária, garantindo sempre a defesa do interesse público da profissão;
- Redobrar o trabalho junto da Comissão de Normalização Contabilística, defendendo os interesses e valores da contabilidade no respeito pelo normativo internacional e sempre atendendo à realidade económica do nosso país;
- Garantir as condições adequadas ao cumprimento das obrigações consagradas no regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- Manter um esforço permanente no melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos;
- Alocar os necessários esforços e reforços para uma uniformização possível, nos modelos das declarações tributárias;
- Dar continuidade à simplificação dos processos declarativos, eliminando obrigações redundantes, que em nada acrescentam valor ou informação, e promover pelos necessários cruzamentos de dados entre entidades públicas;

- Pugnar pela criação de áreas reservadas nos sites das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade do contabilista certificado;
- Continuar a trabalhar no processo de introdução de QR Code nas faturas, de modo que haja uma completa transparência no sistema fiscal nacional e que se facilite a troca de dados entre os demais agentes da economia nacional;
- Promoção ativa da diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável às empresas e ao investimento.

D) Relação triangular: OCC, AT e Segurança Social

Verificamos que a relação dos profissionais com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e a Segurança Social encontra-se longe do panorama desejável, padecendo de uma atenção especial, trabalho e esforço na mitigação, tanto quanto possível, dos erros existentes. Assim, e ao contrário das tentativas na prevalência de interesses egoístas, falta de compreensão e obstaculização intencional à procura de soluções que, não raras vezes tem acontecido, exige-se uma relação transparente e pautada pelo respeito mútuo, colaboração e interajuda.

É necessária uma alteração de paradigma na AT e na Segurança Social. Estas entidades públicas têm de ser vistas como agentes ativos na procura do bem-estar social e económico. Para tal, os serviços e as plataformas devem estar ao serviço da comunidade, atuando de forma ágil, competente, flexível e cooperante. Devem facilitar a procura de soluções, apoiando e simplificando procedimentos. Neste sentido, a Ordem deve continuar o seu trabalho, pressionando, exigindo e requerendo alterações profundas no seio destas entidades públicas que existem para servir o bem comum.

Ações previstas:

- Assegurar que as atualizações ao portal da AT sejam previamente comunicadas e realizadas em momentos adequados ao calendário fiscal, bem como as atualizações ao portal da Segurança Social. Não permitir a desresponsabilização latente pelo mau funcionamento destes portais, que tão muito prejudicam o trabalho dos contabilistas certificados;
- Garantir a disponibilização por parte da AT de comunicações via WS (*Web service*) para envio de obrigações declarativas, obtenção das guias de pagamento e de outros dados do portal;
- Propor a criação de serviços especializados na AT e na Segurança Social para atendimento exclusivo a contabilistas certificados;
- Ver implementadas as propostas referentes à alteração ao regime dos trabalhadores independentes, previsto no Código Contributivo, como:
 - Cálculo do rendimento relevante;
 - Substituição de declaração;
 - Entrega de declaração fora do

prazo; · Início de atividade no regime de contabilidade organizada; · Nova modalidade no regime simplificado; · Base de incidência contributiva; e · Regime de transparência fiscal;

· Pugnar pela criação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, de modo a que os contabilistas certificados e os seus clientes possam, mais eficazmente, resolver os seus litígios com a AT e Segurança Social;

· Esclarecer a interpretação da AT, no que respeita ao dever de colaboração entre contribuintes e AT;

· Diligenciar no sentido da criação de uma morada e endereço de *email* profissional para os contabilistas certificado;

· Junto da AT e da SS, encontrar ferramentas que permitam o acesso separado na qualidade de profissional e de contribuinte, garantindo assim o sigilo da informação pessoal do contabilista certificado;

· Terminar o processo da Declaração Unificada, que visa a fusão da DMR com a DRI, recolhendo-se toda a informação a partir de uma única declaração, completa e mensal, a entregar junto da Segurança Social, que partilhará a informação com a AT, Segurança Social e os Fundos de Compensação. A interconexão de dados, diminuindo o número de interações com a Administração Pública, para reporte de informação que pode e deve ser concentrada num único momento;

· Junto da AT e Segurança Social, criar uma linha telefónica direta, de atendimento exclusivo para contabilistas certificados, garantindo que o atendimento é célere e prestado por técnicos habilitados para o efeito;

· Requerer que as notificações das entidades públicas, mais concretamente, AT e Segurança Social, sejam mais claras, perceptíveis e sucintas;

· Eliminação ou simplificação das seguintes obrigações fiscais e parafiscais – Mod. 10, Anexo L e Anexo Q da IES, Relatório Único.

E) As contas da Ordem transparentes, rigorosas, criteriosas

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas assim que tomámos posse há quatro anos.

Com base nos três focos referidos, conseguimos aumentar o rácio de solvabilidade e a autonomia financeira, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoios aos membros, comprovando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos.

Iremos sempre, garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem. Informaremos e prestaremos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Como hoje, as contas da Ordem serão o exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos contabilistas certificados, sendo um *benchmark* a seguir pelos mais variados *stakeholders*.

Ações previstas:

- Continuar a proceder à apresentação e disponibilização, permanentemente, via consulta direta e *newsletter*, das contas e situação financeira da Ordem a todos os interessados;
- Desenvolvimento da informação apresentada e continuação da publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter* e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares;
- Manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizando, permanentemente e de forma agilizada, toda a documentação;
- Continuar a apresentar o relato integrado da Ordem, com vertente financeira e não financeira, considerada uma prioridade fundamental da Ordem, mostrando o valor da informação não financeira junto dos vários *stakeholders* da Instituição;
- Manutenção do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada;
- Cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem; e
- Manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

F) Apoio técnico – fiscal, contabilístico, mediação, jurídico e incentivos

Um farol numa noite de neblina – é desta forma que podemos descrever o apoio técnico da Ordem aos seus membros. Um trabalho ímpar, nunca visto em nenhuma outra associação pública profissional ou entidade. Nas mais variadas áreas da intervenção dos contabilistas certificados, a Ordem passou a estar sempre presente, informando, esclarecendo, interpretando e apoiando os seus membros, através da produção de conteúdos tecnicamente rigorosos, tempestivos e de fácil compreensão.

Em menos de quatro anos, triplicámos o número de esclarecimentos prestados. São três vezes mais chamadas telefónicas atendidas, três vezes mais pareceres técnicos escritos, três vezes mais atendimentos presenciais. Triplicámos o apoio e dividimos por três o tempo de resposta. Nunca, em momento algum, os membros foram tão ajudados e apoiados como hoje o são, e isto, com redução das despesas.

Este trabalho, de apoio permanente, será ainda mais intensificado e aprimorado, através da implementação de estratégias inovadoras de apoio técnico aos membros, o qual se pretende seja alargado a mais áreas, com reforço dos recursos humanos e técnicos necessários, para que possamos estar sempre ao lado dos contabilistas certificados.

Ações previstas:

- Continuar a reduzir ainda mais o prazo de resposta dos pedidos escritos dos pareceres via Pasta CC e *email*;
- Prosseguir com a diminuição do tempo de espera no *call center*;
- Reforçar a equipa de consultores de âmbito fiscal, contabilístico, jurídico e de matérias de incentivos;
- Manter o alargamento do atendimento técnico, sempre que necessário, nomeadamente, nos períodos antecedentes ao cumprimento das mais relevantes obrigações;
- Continuar o desenvolvimento de manuais explicativos, pareceres, quadros-resumo e informações técnicas sobre as mais recentes matérias;
- Implementar a possibilidade de acesso ao atendimento técnico presencial ou por meios telemáticos em todas as representações da Ordem;
- Reforçar o serviço de contencioso tributário, apoiando todos os contabilistas certificados em matérias de litígio tributário e judicial;
- Proporcionar, em formato *podcast*, reflexões e mini-debates sobre matérias relevantes para o exercício da profissão; e
- Disponibilizar a *newsletter* diária "Novidades Profissionais", em formato *podcast*.

G) Formação para superação

Formação para superação profissional e pessoal. Formação orientada para o sucesso, para o enriquecimento pessoal, para a qualificação e para a criação e desenvolvimento das competências técnicas e pessoais que permitam aos contabilistas certificados reforçar o seu valor, bem como o interesse público da profissão. Em quatro anos, a formação da Ordem, gratuita para a maioria dos contabilistas certificados, dotou de novas competências e reforçou o papel dos profissionais junto

do tecido empresarial e da sociedade civil, de que é expoente máximo o apoio dos contabilistas certificados às empresas ao longo da presente pandemia.

Temos hoje, mais do que nunca, uma classe profissional conhecedora, tecnicamente ímpar, com qualificações e competências técnicas e pessoais que os torna indispensáveis para os seus clientes. Assim, impõe-se que saibamos tirar proveito desse reposicionamento, dessa valorização, desse acréscimo que conseguimos dar aos nossos clientes.

Nesse sentido, continuaremos a aposta num programa formativo diferenciador e que possibilite aos membros catapultarem-se para um novo patamar de excelência.

Ações previstas:

- Criação e disponibilização de uma plataforma de acesso a conteúdos de formação profissional contínua que permita aos contabilistas certificados desenvolverem as suas competências e conhecimentos sobre qualquer matéria em qualquer momento e em qualquer lugar;
- Disponibilizar inovadoras e diversificadas sessões de formação profissional contínua, que respondam às mais recentes necessidades formativas dos contabilistas certificados, assegurando que o programa e modelos formativos da Ordem se mantêm atuais, flexíveis, modernos e completos;
- Manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via *YouTube*, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros;
- Elaborar programas formativos para quadros financeiros de topo, de empresas de pequena, média e grande dimensão;
- Elaborar programas de formação sobre apoios e incentivos, com especial ênfase no PRR;
- Continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão;
- Apostar em formações em áreas transversais à profissão, como as línguas, ferramentas informáticas, *marketing*, técnicas de negociação, entre outras;
- Prosseguir com a disponibilização de formação gratuita aos membros inscritos e reinscritos há menos de um ano;
- Protocolar com diversas entidades públicas, nomeadamente, a AT e a Segurança Social, a organização conjunta de seminários e sessões de esclarecimento sobre temas controversos, para a promoção do debate de interpretações importantes para os contabilistas certificados e seus clientes;

- Sofisticar os instrumentos de avaliação da formação e dos formadores;
- Organizar conferências e debates com temas de interesse para os membros, reunindo conhecimento de profissionais, da academia e especialistas;
- Disponibilizar vídeos tutoriais de temas pertinentes da contabilidade e da fiscalidade;
- Manter a mesma exigência em relação aos formadores, garantindo que apenas aqueles que obtiverem avaliação superior ou igual a 4 numa escala de 0 a 5 e sem sanções disciplinares, são convidados para elaborarem manuais e dar formação. De preferência, os formadores devem ser membros com inscrição ativa e em exercício da profissão ou membros dos colégios da especialidade;
- Realizar inquéritos de preferência, que possibilitem aos membros introduzir temas no programa formativo da Ordem;
- Pugnar junto do governo, por maiores apoios ao desenvolvimento profissional contínuo dos contabilistas certificados;
- Manter e melhorar o atual modelo de Reunião Livre à distância e quando possível, voltar, em paralelo, ao formato presencial, no qual se reforçará a aposta na descentralização e uniformização de procedimentos de perguntas/respostas;
- Manutenção na aposta em modelos de formação personalizada em ambiente de trabalho, maximizando a aprendizagem dos formandos; e
- Desenhar um arrojado e inovador modelo de formação personalizada em gestão de gabinetes, onde os formadores (contabilistas certificados), junto dos formandos (também contabilistas certificados), se dediquem à aprendizagem e implementação de técnicas tendentes a uma melhor gestão de gabinetes.

H) Comunicar para informar

Em 2020, em pleno ano de pandemia, a Ordem dos Contabilistas Certificados foi a 4.ª Ordem com maior exposição mediática, sendo a Ordem da área da economia com maior preponderância social alcançando 161.257.911 pessoas. Com um índice de favorabilidade (de 1,55 em 2) superior às suas congéneres, pela sua isenção, imparcialidade e rigor, a Ordem teve um papel fundamental em dossiers como o *lay-off* simplificado; pressão da banca e dos empresários junto dos contabilistas; apoios às empresas; e no ajuste do calendário fiscal.

A comunicação, através das mais variadas plataformas, permitiu aos membros sentirem a Ordem sempre ao seu lado. Independentemente da natureza das suas necessidades, os membros, sabem que podem contar sempre com a sua Instituição e a sua Bastonária, na defesa intransigente dos seus interesses e na prestação transparente e imparcial de informação.

Continuaremos a ser a fonte de informação fidedigna e verdadeira, comunicando contínua e permanentemente com os contabilistas certificados em todos os assuntos do seu interesse. Sem demagogias e populismos, no interesse público da profissão, comunicaremos com os membros, sempre, de porta aberta.

Ações previstas:

- Manter a total disponibilidade e abertura para os membros;
- Criação e disponibilização de uma agenda digital do contabilista certificado interativa e informativa, com atualizações permanentes de todas as obrigações fiscais, profissionais e pessoas dos contabilistas certificados que, em ligação ao site da OCC e às demais entidades públicas, constituirá um grande apoio à melhor organização pessoal e profissional dos contabilistas;
- Reforçar o desenvolvimento da Pasta CC, melhorando-a em todas as suas vertentes;
- Privilegiar a publicação de artigos técnicos e científicos da autoria de contabilistas certificados nas várias publicações da Ordem, fomentando o estudo e desenvolvimento da ciência contabilística;
- Promover e desenvolver plataformas, que permitam aos membros a obtenção, em tempo real, de informação, não só da atividade da Ordem, mas também sobre legislação, entretanto publicada;
- Aumentar a presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e consequentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados;
- Assegurar o contínuo desenvolvimento do novo *website* e APP da OCC, aumentando as suas potencialidades e ferramentas de trabalho;
- Dinamizar uma agenda cultural digital da Ordem – Exposições de pintura, fotografia, lançamento de livros, concertos, entre outros – para dinamização da sede e representações dos Contabilistas Certificados, promovendo a interação entre colegas, empresários e sociedade civil;

I) A ação social da Ordem

A Ordem não se limita apenas a regular a profissão, mas apoia os seus membros em matérias técnicas, profissionais, pessoais e sociais. A ação social da Ordem é e será o garante de que os membros têm as condições essenciais para uma vida digna e respeitável. Uma profissão forte, unida e de interesse público, apoia os colegas mais necessitados nos momentos de maior aflição.

Assim, continuaremos a disponibilizar, com flexibilidade e agilidade, um vasto leque

de medidas que reforcem o apoio social da Ordem e que pretendem ir ao encontro das necessidades presentes como se verificou com o pacote de medida de apoio profissional e social disponibilizando aos membros, logo no início da pandemia.

Ações previstas:

- Abertura de uma espaço dedicado ao serviço médico nas áreas da estomatologia, psicologia, nutrição e medicina geral e familiar, de acesso exclusivo aos contabilistas certificados, que em condições altamente vantajosas podem aceder a serviços médicos, promovendo-se assim por melhores condições de saúde e bem-estar para os profissionais. Estes serviços, com abertura prevista para o final do presente ano, encontrar-se-ão em Lisboa, Porto, Faro, Coimbra e Braga, permitindo que todos os profissionais tenham perto de si estes serviços;
- Desenvolver, em parceria com a Ordem dos Psicólogos, um projeto de Educação Emocional e de Saúde Mental para os contabilistas certificados;
- Manter a aposta no reforço das condições da apólice do seguro de saúde aos membros, alargando quer o limite máximo de idade, quer as áreas de proteção;
- Garantir a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, com condições cada vez mais favoráveis e que protejam todas as áreas de competência, não só exclusivas, mas também partilhadas, dos contabilistas certificados;
- Reforçar o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, assegurando a qualquer contabilista certificado em necessidade, pelo menos, um rendimento igual ao salário mínimo nacional;
- Reforçar e incentivar a assinatura de *upgrades* ao seguro de responsabilidade civil, com prémios competitivos, para os que optem por reforçar o risco coberto;
- Fomentar a criação de *upgrades* que permitam diminuir a franquia e alargar o âmbito das situações abrangidas pela apólice do seguro de responsabilidade civil;
- Criar gabinetes de apoio pessoal e social aos contabilistas certificados;
- Manter o apoio ao Grupo de Entreatajuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados;
- Assim que a pandemia o permita, retomar a organização de eventos culturais, sociais e desportivos, que fortifiquem as relações de fraternidade entre os membros; e
- Manter a aposta na organização de exposições culturais relacionadas com a contabilidade e a profissão, dando notoriedade e reconhecimento público adicional à Ordem e aos seus membros.

J) Da academia à profissão

Ter contabilistas certificados que exerçam a profissão pautados pelos mais elevados padrões de excelências técnica e ética é um processo que se inicia aquando da opção do futuro profissional pela carreira de contabilista certificado. Este é um processo que se inicia no final do ensino secundário ou no decurso do percurso universitário.

Assim, de forma preventiva, é necessário atuarmos, em colaboração estreita com a academia, através da promoção de ações que preparem, desde cedo, os futuros contabilistas certificados para o exercício da profissão. Almejando o objetivo acima apresentado, iremos reforçar todas as já existentes inúmeras ações da Ordem junto da academia, aproximando deste processo, os contabilistas certificados já em exercício de funções através, por exemplo, de um projeto de mentoria. Paralelamente, queremos atrair o melhor talento para a profissão, sendo necessário sublinhar junto dos estudantes, as mais-valias da profissão cujo potencial para lhes oferecer boas condições de vida é tremendo.

Ações previstas:

- Cooperar com as instituições de ensino e seus intervenientes, para atualização permanente do modelo de acesso à profissão, nomeadamente, o estágio e o exame de avaliação profissional;
- Criar um gabinete de mentoria para os colegas em início de profissão, que faça a articulação necessária entre o mentor (um contabilista certificado com experiência) e o profissional em início de carreira;
- Melhorar a perceção da profissão do contabilista certificado junto dos jovens talentos que poderão enveredar pela área da contabilidade e da fiscalidade;
- Desenvolver programas de atração de novos talentos para a profissão, junto do ensino secundário, através da consciencialização, informação e promoção das mais valias da profissão e sua utilidade pública, quer para o profissional, quer para a própria sociedade;
- Organizar em parceria com o ensino superior, uma pós-graduação em contabilidade e fiscalidade, dedicada a contabilistas certificados que queiram desenvolver os seus conhecimentos e competências técnicas;
- Assegurar, junto das entidades de ensino, que o Projeto de Simulação Empresarial (PSE), se coaduna às exigências de um estágio profissional, por forma a melhor se preparar os futuros contabilistas certificados para o exercício da atividade profissional;
- Manter programas e iniciativas de acompanhamento aos novos membros;
- Organizar em estreita colaboração com as entidades de ensino, um projeto de

acompanhamento, realizado por contabilistas certificados, dirigido aos alunos finalistas dos cursos que permitam o acesso à profissão. Este projeto, possibilitará uma aproximação à realidade profissional, logo antes do terminus do curso, contribuindo para uma melhor preparação dos futuros contabilistas certificados; e

· Manter o apoio aos projetos de desenvolvimento e estudo científico da contabilidade, através da atribuição de financiamentos, promoção de trabalhos e publicação da Revista Científica da Ordem "Revista de Contabilidade e Gestão", bem como de outras publicações de idêntica relevância.

K) A relação contabilista certificado/contribuente

A relação mais intrínseca para os profissionais, cujo sucesso depende de um amplo conjunto de variáveis, mas cujos resultados e proveitos, positivos ou negativos, afetam igualmente ambas as partes, é a relação entre os contabilistas e os seus clientes. O contribuinte necessita de um trabalho rigoroso, competente e atempado do contabilista certificado. Por sua vez, este necessita de respeito, informação e transparência do contribuinte. Só trabalhando em equipa, considerando-se, apoiando-se e partilhando, a relação profissional/contribuente pode crescer e acrescentar valor a ambas as partes.

Como nunca antes, é inegável, o valor dos contabilistas certificados junto dos contribuintes. Sem os profissionais, a nossa economia não teria sobrevivido aos negativos efeitos económicos da atual pandemia. O poder político, a sociedade civil e o tecido empresarial reconhecem o nosso valor. Contudo, é fundamental continuar o processo de conscientização, capacitação, informação e alerta, por forma a que a dignificação do profissional seja alimentada e melhorada.

Ações previstas:

· Continuar a promover e a despertar a consciência do tecido empresarial, para o trabalho dos contabilistas certificados, concorrendo para um maior reconhecimento pessoal, profissional e financeiro;

· Promover a Ordem como instituição de utilidade pública, bem como o papel relevante dos contabilistas certificados, em feiras de negócios, e eventos e na sociedade em geral;

· Manter a pressão junto do governo para a obrigatoriedade de qualquer empresário, antes do início da atividade frequentar formação na área da gestão, que lhe permita uma melhor interligação, criadora de valor, com o contabilista certificado;

· Criar na defesa do interesse público, da transparência e da boa gestão dos recursos públicos, orientações práticas sobre a implementação das normas contabilísticas do setor não lucrativo; e

- Continuar o trabalho direcionado para a diferenciação do NIF do contribuinte individual do NIF da atividade empresarial e profissional.

L) A Ordem e os seus membros nas organizações internacionais

O mundo em que vivemos é global e gira a uma velocidade tremenda. As decisões que tomamos, produzem efeitos no imediato e, não raras vezes, numa escala que antecipadamente não conseguimos prever. Conscientes das oportunidades existentes no mercado global e do papel preponderante dos contabilistas certificados, continuaremos a criar as plataformas para que os profissionais consigam aproveitar essas oportunidades.

Em simultâneo, a Ordem deverá continuar a trabalhar junto das suas congéneres internacionais, partilhando conhecimento, desenvolvendo trabalhos e estudos e influenciando o processo decisório do normativo contabilístico, garantindo, que os interesses e direitos dos profissionais portugueses são ouvidos e previstos no normativo internacional.

Ações previstas:

- Manter a aposta ganha na internacionalização da Ordem e dos contabilistas certificados, através da crescente e sólida participação em fóruns e organizações internacionais, que promovam o desenvolvimento da profissão e a partilha de melhores práticas;
- Garantir que o desenvolvimento internacional das normas contabilísticas, tenham em consideração as particularidades da realidade profissional e económica portuguesa;
- Continuar a trabalhar nas direções, grupos ou comissões técnicas da *International Federation of Accountants* (IFAC), *European Federation of Accountants for SMEs* (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), e *Edinburgh Group* (EG); e
- Trabalhar no desenvolvimento da União de Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP), reforçando assim uma plataforma de interligação cultural, profissional e económica.

M) Do controlo à certificação de qualidade

O processo de controlo de qualidade, suspenso na sua generalidade no começo de 2018 (mantendo-se unicamente para casos extremos), aquando da tomada de posse dos atuais órgãos sociais da Ordem, mas mantendo-se em casos ou situações de comprovadas violações dos deveres éticos e profissionais dos contabilistas certificados, baseava-se em objetivos penalizadores, sancionatórios e fiscalizadores. Esse controlo de qualidade, cujos gastos financeiros eram enormes, não alcançou os objetivos necessários para o desenvolvimento da nossa profissão.

Prejudicados pela pandemia, não foi necessário alcançar na plenitude o objetivo traçado de construção de um processo de certificação de qualidade. No entanto, dados os primeiros passos, queremos agora implementar esse processo. O processo de certificação de qualidade delineado, prevê uma progressão paralela à capacitação dos seus membros.

Numa primeira fase, através do desenvolvimento e disponibilização de um "Guia de Procedimentos", seguindo-se um plano de formação tendente ao desenvolvimento dos contabilistas certificados e, só aí, proceder-se-á à implementação de um modelo de certificação de qualidade, com a dupla vertente de ser obrigatório ou voluntário, conforme os critérios previstos. Este modelo, terá sempre na sua origem, o grande objetivo de desenvolver a profissão de forma pedagógica e não persecutória.

Ações previstas:

- Tendo por base as orientações e práticas internacionais, quer ao nível da IFAC quer de outras organizações congéneres, pretende-se desenvolver um "Guia de Procedimentos", que defina as práticas profissionais a serem cumpridas pelos contabilistas certificados;
- Com base no "Guia de Procedimentos" acima referido, pretende-se desenvolver programas de formação profissional contínua personalizada, capazes de dotar os contabilistas certificados dos conhecimentos e das aptidões necessárias à implementação dos mesmos;
- Definido o modelo e disponibilizada a formação para cumprimento do padrão de qualidade, pretende-se desenvolver e implementar um processo de Certificação de Qualidade, que verifique o cumprimento do "Guia de Procedimentos" por parte dos contabilistas certificados;
- Este modelo de Certificação de Qualidade, de avaliação frequente, será obrigatório para contabilistas certificados que incumpram normas éticas ou deontológicas (ex. dever de lealdade, dever de formação profissional, dever de sigilo profissional) ou tenham sido alvo de repetidas denúncias e voluntário para os restantes, tendo como meta que em quatro anos todos os profissionais que efetivamente exerçam a profissão tenham um processo de certificação de qualidade à sua atuação profissional; e
- Criação de um provedor da certificação de qualidade que mediará situações de conflito entre as equipas de certificação de qualidade e os contabilistas certificados, sempre que não haja um entendimento entre equipas e profissionais para garantir a imparcialidade e justiça no processo.

N) Colégios da especialidade e comissões de projetos

Os colégios da especialidade, são uma ferramenta essencial ao desenvolvimento da ciência contabilística e fiscal, promovendo-se assim, o crescimento, reflexão e estudo de matérias fundamentais à profissão e ao seu exercício.

Continuaremos a disponibilizar todas as condições ao funcionamento dos mesmos e a motivar os contabilistas certificados e demais interessados, para as mais-valias de se tornarem especialistas.

As comissões de projetos, como mecanismo ágil e célere, tendente a alcançar um determinado objetivo, são um instrumento importante, à disposição da Ordem, que deverá ser utilizado sempre que necessário. Estas comissões, debruçar-se-ão sobre temas que, ao momento, sejam necessários resolver com eficácia como, por exemplo, e de entre outros, o problema da automatização digital da profissão, o modelo de certificação de qualidade e os problemas dos membros nos diferentes modelos de exercício da profissão.

Ações previstas:

- Apoiar os conselhos de especialidade dos colégios da especialidade, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias ao exercício das suas finalidades;
- Promover os colégios de especialidade e criar de um sistema de reconhecimento e interação com as instituições de ensino superior, que garantam a equidade do título de especialista concedido pela Ordem;
- Apoiar e cooperar com os colégios de especialidade na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências e demais atividades de cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Divulgar os trabalhos desenvolvidos pelos especialistas da Ordem nas publicações da Instituição;
- Constituir de uma comissão dedicada exclusivamente à análise, estudo e implementação de medidas que incentivem o acompanhamento dos desafios da automatização digital de procedimentos; e
- Criar uma comissão de projetos para o ao desenvolvimento de iniciativas que tutelem os diferentes interesses dos contabilistas certificados consoante o seu modelo de exercício profissional.

O) A Ordem, outros parceiros e sociedade civil

O trabalho do contabilista certificado, transcende a economia e finanças, é um trabalho de interesse e faz fé pública e que, em diferentes formas, aspetos e escalas, afeta todos os cidadãos. Ser contabilista certificado é ser um agente ativo da sociedade.

Assim, cumpre à Ordem apoiar os seus membros enquanto promotores da literacia financeira, como já tem sido feito com os livros da Joaquina e a interação com as escolas, agentes da responsabilidade ambiental e social e impulsionadores da transparência de procedimentos e ações.

Paralelamente, iremos continuar o reforço do projeto iniciado + CC + Vantagens, que tantas e tão boas vantagens deu aos contabilistas certificados junto de centenas de empresas nos mais variados ramos de atividade e com ampla cobertura geográfica.

Ações previstas:

- Continuar a promover e a despertar consciência para o trabalho dos contabilistas certificados, com vista a um maior reconhecimento pessoal e profissional;
- Promover o protocolo celebrado entre a Ordem e os Tribunais Judiciais e entre a Ordem e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), garantindo uma ativa participação dos contabilistas certificados como técnicos peritos;
- Manter, em colaboração com a academia e o governo, a aposta em projetos e iniciativas que pugnem por uma maior literacia financeira de toda a sociedade. Estas iniciativas, das quais destacamos a "Joaquina e os Impostos", têm de ser adaptadas em razão da idade e escolaridade dos destinatários das mesmas;
- Promover visitas a escolas secundárias e do ensino superior por forma a dar a conhecer o projeto da "Joaquina e os Impostos";
- Realizar o "Dia Aberto" da Ordem, abrindo todos os espaços à comunidade, por forma a mostrar o trabalho dos contabilistas certificados e sua relevância para a sociedade civil;
- Reforçar o projeto + CC + Vantagens, continuando a apostar na celebração de protocolos e disponibilização de condições vantajosas para os contabilistas certificados junto de entidades terceiras;
- Estabelecer protocolos com diversos organismos públicos e privados, tendentes à organização e participação em eventos culturais e desportivos; e
- Organizar eventos de cariz social, como atividades desportivas, convívios e outras.

P) Apoios e Incentivos

A área de apoio e incentivos é hoje uma área de grande ação dos contabilistas certificados que, com os apoios e incentivos disponíveis, muito podem ajudar económica e financeiramente os seus clientes. Esta ação, foi clara ao longo da pandemia, devendo agora ser alimentada e dela serem retirados grandes proveitos para os contabilistas certificados.

O futuro que se adivinha, com todas as necessidades decorrentes das candidaturas das empresas aos fundos do PRR, permite, de certa forma, antever que, tal como ocorreu no último ano e meio, irá continuar a haver uma necessidade acrescida dos serviços dos contabilistas certificados.

Após a criação do departamento de incentivos na Ordem, tendente à disponibilização de apoio técnico e informação útil, queremos continuar a capacitar e ajudar os contabilistas certificados, permitindo que os mesmos sejam, por excelência, os agentes dos processos de apoios e incentivos, não só na fase de apresentação da candidatura, como também na fase da execução da mesma.

Ações previstas:

- Continuar a desenvolver as necessárias ferramentas para que os contabilistas certificados sejam cada vez mais agentes de acesso a apoios e incentivos nacionais e internacionais, concentrando toda a informação;
- Desenvolver quadros-resumo, informações e notas sobre todos os apoios e incentivos existentes, com ligações a toda a informação detalhada, despertando consciência para a sua existência e mais-valias;
- Apostar em programas de formação profissional contínua, que reforcem as capacidades dos contabilistas certificados e os dotem dos conhecimentos necessários para desempenharem o papel de consultores em matérias de apoios e incentivos;
- À semelhança do alcançado com o COMPETE e AD&C, celebrar protocolos com outras entidades e organismos intermediários, destacando-se o papel do contabilista certificado em todos os processos.

Q) I Encontro Insular dos Contabilistas Certificados

O I Encontro Insular dos Contabilistas Certificados, a realizar na ilha da Madeira, na primavera do presente ano, teve em 2020 e 2021, pelas razões que infelizmente todos conhecemos, de ser cancelado. Acreditando que será possível em 2022, nos dias 22 e 23 de abril, tudo faremos para conseguir organizar o I Encontro Insular dos CC na ilha da Madeira e debater, refletir e discutir, bem como celebrar a cultura, gastronomia e hábitos insulares.

R) XVI Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados

Em 2020 e 2021, pelas limitações de saúde pública causadas pela pandemia COVID-19, tivemos de cancelar o XVI Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados. Em 2022, no dia 9 de julho, acreditando que conseguiremos voltar "à normalidade", voltaremos a organizar um tão importante evento para a promoção da união e fraternidade entre contabilistas certificados e suas famílias.

Ainda sem local completamente fechado, as hipóteses existentes prometem levar a família CC a um local que pela sua geografia, cultura e ambiente prometem tornar o XVI Encontro Nacional um dia único e que para sempre iremos recordar nos nossos corações.

S) VII Congresso dos Contabilistas Certificados

Após o sucesso do congresso de 2019, passados três anos, queremos, no final de setembro, organizar o VII Congresso dos Contabilistas Certificados. No Altice Arena, em Lisboa, o Congresso promete reunir milhares de contabilistas certificados em torno de um só tema "Sustentabilidade", a profissão e o seu crescimento futuro.

Durante os dias do congresso, 21 a 23 de setembro, será possível refletir e debater o futuro da profissão e o papel dos contabilistas certificados numa economia cada vez mais preocupada com os aspetos sociais e ambientes em que nos inserimos. A par das referidas reflexões, teremos também vários e únicos momentos que prometem tornar este o maior e melhor congresso de sempre.

T) Dia Nacional do Contabilista Certificado

Uma data que já está na agenda de todos e que tem vindo a crescer junto da sociedade civil. Uma data em que celebramos o nosso trabalho, esforço, dedicação, valor e o interesse público da profissão de contabilista certificado. A 21 de setembro de 2022, celebraremos novamente, o Dia Nacional do Contabilista Certificado, promovendo para a construção de uma forte reputação profissional.

Em 2022, dentro das celebrações do VII Congresso dos Contabilistas Certificados, as celebrações terão um fator X especial, inovador e dinamizador, adjetivos que tão bem caracterizam a nossa profissão e os contabilistas certificados.

U) Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados

Seja em formato virtual ou presencial, em 2022, voltaremos a organizar a já tradicional e tão acolhedora, festa de natal da OCC, um evento que une famílias e que permite a miúdos e graúdos momentos de paz, alegria e diversão ímpares.

Em novos locais e mais datas, mais concretamente dia 3 de dezembro, em Faro, dias 9 e 10, em Lisboa e dia 11, no Porto, apostaremos na descentralização do evento por forma a que mais contabilistas e suas famílias possam participar na festa.



XII. Orçamento Participativo

Em plena sintonia com os seus membros, ano após ano, queremos ouvir as propostas de todos os contabilistas certificados e delinear um plano de atividades orientado para os profissionais.

Apesar de muitas das sugestões já estarem direta ou indiretamente, acima vertidas nas atividades e projetos para 2022, sublinham-se as seguintes sugestões recebidas pelos colegas e sobre as quais o conselho diretivo alocará esforços e recursos para a sua implementação:

- Implementação de um serviço de *clipping* fiscal e de oportunidades de financiamento para empresas, onde a busca se centra nas oportunidades nacionais e internacionais. Seria muito útil criar um serviço que cada contabilista/gabinete pudesse parametrizar com os interesses para receção automática e diária de informações sobre oportunidades e atualizações legais que vão saindo nos vários portais;
- Criação de um departamento desportivo e cultural que promova a prática de atividade física, desporto e cultura junto dos membros. O desporto e a cultura podem contribuir para o equilíbrio emocional, minimizar o elevado desgaste associado à nossa profissão, promover pelo desenvolvimento intelectual dos membros e união da classe.



XIII. Conclusões

Entramos num momento de renovação de um ciclo de estratégica mudança do paradigma profissional e institucional, que desde há quatro anos tem conseguido resultados francamente positivos no nosso quadro institucional, pessoal e profissional.

Com energia, confiança política e motivação reforçada pelo resultado histórico das eleições do final do ano, avançamos para 2022 certos que a estratégia definida no documento trará grandes proveitos na defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados, na promoção de melhores condições pessoais e profissionais para os profissionais e na defesa do valor e interesse público de uma profissão que obstáculo atrás de obstáculos mostra a sua resiliência, força e dinamismo ímpares.



XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2022

1	2
3	4

Num momento crucial da história da profissão, o plano de atividades foi construído tendo por base três grandes vetores estratégicos definidos pelo conselho diretivo da Ordem para a implementação da política delineada para o mandato 2022-2025, I – A Ordem dos membros, para os membros e com os membros; II – Re-invenção do contabilista certificado; III – Profissão de interesse público.

A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo manter-se sempre ao seu lado. Seja no apoio profissional ou social, a regulação profissional e a defesa dos interesses e direitos dos membros é total, exclusiva e independente de qualquer apoio político, social ou económico.

Em 2022, continuaremos a assegurar, no exercício das nossas funções, o interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados.

Esta gestão, que não se pode confundir com sindicâncias ou posições políticas, deve ser sempre executada com transparência, rigor, honestidade intelectual e moral, e focada na criação de valor para a profissão.

A revolução nas profissões é hoje afetada pela digitalização de procedimentos, mercado económico global e mudanças climáticas. Estes três fatores mudam o mundo, interagindo entre si e exercendo influência na política, geopolítica, mercado de trabalho, ética e sociedade civil.

Para sermos agentes ativos na definição do futuro paradigma social e para termos sucesso, teremos de dispor de competências digitais, no sentido de tirar partido das novas tecnologias e delas tirar o maior proveito. É necessário um conhecimento apurado e diverso para se ser um bom consultor, ter visão estratégica, saber comunicar e de forma mais ágil, prática e perceptível, apostar no *marketing* digital, melhorar procedimentos internos, desenvolver novos modelos de negócio e criar um ecossistema profissional mais produtivo.

Atendendo ao desenvolvimento tecnológico, importa que amanhã estejamos mais bem preparados que o estávamos ontem, pelo que é nosso compromisso garantir que a Ordem orientará os seus membros nesse caminho, qualificando-os, informando-os e disponibilizando-lhes todas as ferramentas necessárias ao desempenho profissional pautado pelos mais elevados padrões de qualidade.

O interesse público da profissão prende-se com o valor que o poder político, tecido empresarial e a sociedade civil dá ao nosso trabalho. Requerendo, cada vez maior quantidade e mais variada informação, por forma a não só garantirmos,

mas reforçarmos o interesse público da nossa profissão, temos de abraçar o nosso papel e responsabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Enquanto criadores de valor dotado de interesse público, devemos procurar desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do paradigma económico e social sustentável, produzindo trabalho que se foque não só no relato financeiro, mas também no relato social e ambiental.

Neste sentido são alocados recursos humanos e financeiros da Ordem de forma a concretizar o conjunto de propostas apresentadas no plano de atividades capazes de efetivamente mostrar como todas as peças se encaixam, potencializando o contabilista certificado e as suas funções.

A concretização dos vetores estratégicos da Ordem dos Contabilistas Certificados, a alocação de todos os seus recursos de forma eficiente e ágil na regulação e desenvolvimento da profissão e dos seus membros permitem fornecer aos contabilistas certificados as ferramentas necessárias para ajustar ou aperfeiçoar o seu perfil profissional tendo em conta os mais elevados padrões de qualidade, preparando-se para um futuro cheio de oportunidades, o reforço da classe profissional e fortalecimento da sua posição junto de toda a sociedade em geral tendo em consideração o seu interesse público, apenas será possível com a execução de um plano operacional de ação que inclui as medidas concretas que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2022, dependendo a concretização da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao conselho diretivo «*elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte*» e tendo ocorrido o ato eleitoral do passado dia 18 de novembro de 2021, que elegeram os órgãos sociais para o mandato de 2022/2025, apenas após a eleição e tomada de posse dos órgãos sociais eleitos no referido ato, foi possível ao Conselho Diretivo elaborar e apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (PAO/2022).

Neste capítulo o conselho diretivo apresenta a proposta de plano de atividades e orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados para o ano de 2022.

Enquadramento

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas nos últimos quatro anos.

Com base nos três focos referidos, conseguimos aumentar o rácio de solvabilidade e a autonomia financeira, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoio aos membros, compro-

vando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos.

Iremos sempre, garantir a transparência, o rigor e os melhores critérios na alocação dos recursos da Ordem dos Contabilistas Certificados. Informaremos e prestaremos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Como hoje, as contas da Ordem serão o exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos contabilistas certificados, sendo um benchmark a seguir pelos mais variados stakeholders.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem, sempre em prol dos contabilistas certificados.

As contas da Ordem são hoje, sinónimo de transparência na gestão, informação pertinente e atempada. A publicação de relatórios integrados intercalares trimestrais permite aos membros e à sociedade em geral um conhecimento global e aprofundado sobre as contas da Ordem, permitindo um total escrutínio das atividades desenvolvidas.

A total clareza de processos na divulgação de informação económico-financeira da instituição é um cunho indissociável do atual conselho diretivo, tendo em vista construir uma nova era na profissão, uma era de rigor, transparência e mais eficiência na gestão de recursos.

Em 2022, continuaremos a apresentar e disponibilizar, permanentemente, via consulta direta na sede da Ordem as contas e situação financeira a todos os interessados, intensificar o desenvolvimento da informação apresentada e manter a publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter* e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios financeiros intercalares. De forma a manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizaremos, permanentemente e de forma agilizada, toda a documentação. Pretendemos continuar a desenvolver o relato integrado da Ordem em 2022, com informação financeira e não financeira, considerando uma prioridade fundamental da Ordem o valor da informação não financeira junto dos vários *stakeholders* da Instituição.

Na sequência da prática verificada em anos anteriores iremos manter do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada.

Cumpriremos escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e manteremos a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

Rendimentos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos totais orçamentados para os anos de 2021 e 2022:

euros

Rendimentos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %
Vendas	25 440	8 400	17 040	202,9%
Prestações de serviços	18 051 886	17 857 562	194 324	1,1%
Outros rendimentos	4 330 502	240 476	4 090 026	1700,8%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	160	891	-731	-82,1%
Total	22 407 988	18 107 329	4 300 659	23,8%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2022 é de 22.407.988 euros, apresentando um desvio face aos valores orçamentados em 2021 de +4.300.659 euros (+23,8%). Este aumento de rendimento é extraordinário resultante das mais-valias que se esperam gerar com a venda de bens imóveis.

Comparação do orçamento 2022 com o orçamento de 2021

euros

Rendimentos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %	% s/total
Vendas	25 440	8 400	17 040	202,9%	0,1%
Mercadorias	25 440	8 400	17 040	202,9%	0,1%
Serviços prestados	18 051 886	17 857 562	194 324	1,1%	80,6%
Jóias	95 700	96 700	-1 000	-1,0%	0,4%
Quotas	9 824 112	9 832 680	-8 568	-0,1%	43,8%
Ações de Formação OCC	1 950 399	2 008 680	-58 281	-2,9%	8,7%
Formação eventual	908 800	1 376 000	-467 200	-34,0%	4,1%
Formação (segmentada, à distância e recorrente)	951 599	607 680	343 919	56,6%	4,2%
Conferências		25 000	-25 000	-100,0%	0,0%
VII Congresso OCC	90 000		90 000		0,4%
Taxas e emolumentos	526 578	606 506	-79 928	-13,2%	2,3%
Inscrições-Reg.atribuição créditos	4 896	8 400	-3 504	-41,7%	0,0%
Vinhetas	42 578	76 680	-34 102	-44,5%	0,2%
Outros serviços	5 607 623	5 227 915	379 708	7,3%	25,0%
Serviços de informática (aos membros)	5 337 793	5 170 880	166 913	3,2%	23,8%
Cedência espaço instalações OCC e serviços complementares	27 830	37 305	-9 475	-25,4%	0,1%
Encontro Nacional dos CC	6 000	8 000	-2 000	-25,0%	0,0%
Outros eventos	29 000	8 130	20 870	256,7%	0,1%
Publicidade		3 600	-3 600	-100,0%	0,0%
Patrocínio VII Congresso CC	150 000		150 000		0,7%
AFAF - Reforço Capacidades Institucionais (OTOCA)	57 000		57 000		0,3%
Outros rendimentos	4 330 502	240 476	4 090 026	1700,8%	19,3%
Multas-processos disciplinares	45 868	63 216	-17 348	-27,4%	0,2%
Rendas	112 013	168 020	-56 007	-33,3%	0,5%
Outros (inclui alienação de imóveis - mais-valias)	4 172 621	9 240	4 163 381	45058,2%	18,6%
Juros, dividendos e out.rendimentos	160	891	-731	-82,1%	0,0%
Juros obtidos	160	891	-731	-82,1%	0,0%
Total	22 407 988	18 107 329	4 300 659	23,8%	100,0%

A prestação de serviços com um peso de 80,6% no valor total dos rendimentos orçamentados, apresenta um valor de 18.051.886 euros, valor superior em 194.324 euros (+1,1%) face ao valor orçamentado para o ano de 2021.

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem com um valor de 9.824.112 euros (43,8%) apresenta uma redução de 0,1% (-8.568 euros) face ao valor orçamentado em 2021. O valor orçamentado para as quotas tem em consideração a manutenção dos atuais 68.120 membros ativos com uma quota mensal de 12 euros e os 2.443 membros suspensos com uma quota mensal de 6 euros.

Salienta-se que o orçamento de 2021, considerou os 68.054 membros existentes na sua data de elaboração com uma quota mensal de 12 euros, e 2.559 membros com suspensão voluntária com uma quota mensal de 6 euros.

Prevê-se ainda que ao longo do ano de 2022 exista uma média de 637 novos membros, para os quais se perspetiva uma redução de 50% nos primeiros doze meses de inscrição, sendo o impacto orçamental desta redução do valor da quota de 45.864 euros.

Também para os membros com mais de 80 anos, prevê-se a isenção das quotas para os que não desenvolvem atividade (média de 505 membros), com um impacto na redução do rendimento das quotas de 72.720 euros. Adicionalmente está previsto a redução das quotas em 50% para membros que não desenvolvem atividade entre os 75 anos e os 80 anos (média de 590 membros). Esta medida, terá um impacto na redução dos rendimentos das quotas de 42.480 euros.

Na prestação de serviços de informática aos membros (TOConline) foi considerado um aumento de 3,2% (+166.913 euros), face ao orçamento de 2021, tendo em consideração a evolução do aumento da procura deste serviço. O impacto da redução do valor do modulo Gestão Administrativa (salários, contabilidade e ativos) em um terço pelo facto da contabilidade ser gratuita é de 510.004 euros.

As prestações de serviços referentes a ações de formação, tem um peso bastante significativo (8,7%) no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 1.950.399 euros, tendo uma variação negativa de -2,9% (-58.281 euros) face ao valor orçamentado em 2021. O programa de formação profissional contínua da Ordem que antes da crise pandémica assentava principalmente em modelos de formação presencial, durante o ano de 2020, reinventou-se em modelos de formação, e conseguiu-se criar uma capacidade de resposta tremenda às necessidades dos membros, tendo-se alterado substancialmente o figurino da estrutura de gastos associada ao novo modelo, em comparação com a situação anterior, antes da Covid-19.

O plano formativo para 2022 vai ao encontro das novas necessidades dos membros, focando-se num perfil inovador, que abrange as mais variadas áreas do saber, potencializando assim a especialização e o conhecimento multidisciplinar dos contabilistas certificados, potencializando assim o aumento da preponderância dos membros.

A formação tem sido, desde sempre, um dos principais vetores da ação da Ordem. Após dois anos atípicos, vividos debaixo de fortes constrangimentos causados pela pandemia, apresentamos para 2022 um vasto plano formativo, dividido em dois grandes blocos: modo online e modo *offline*, tendo sempre como pano de fundo o desenvolvimento de modelos mais dinâmicos e interativos, capazes de irem ao encontro das necessidades dos membros.

Depois da derrogação do dever de realização dos 30 créditos previstos no Regulamento da Formação Profissional Contínua, tanto em 2020 como em 2021, no ano de 2022, é obrigatório o cumprimento do estipulado naquele normativo.

O valor das taxas e emolumentos de 526.578 euros apresenta uma redução de 79.928 euros (-13,2%) face ao valor orçamentado em 2021. Neste valor a parcela mais significativa é referente ao valor da taxa do exame (443.000 euros) prevendo-se em 2022 o número de 2.175 inscrições para os três exames previstos realizar.

Os outros rendimentos apresentam um valor de 4.330.502 euros, com um aumento muito substancial face ao valor orçamentado para 2021 de 1.700,8% (+4.090.026 euros). Está incluído na rubrica de outros rendimentos o valor de 4.167.701 euros, referente à estimativa de venda dos imóveis:

- As instalações do imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho, adquiridas para "Casa dos CC", que se encontram disponíveis para venda, em ativos não correntes disponíveis para venda, verão agilizado o processo de venda o mais brevemente possível, fruto da aprovação da Assembleia Representativa de 19 de junho de 2020 e perante o resultado favorável de 74,65% dos votos dos membros participantes, no referendo aos Contabilistas Certificados realizado no dia 6 de novembro de 2020. Não tendo sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2021, devido à situação de crise pandémica Covid-19 e à agilização do processo eleitoral para a eleição dos Órgãos Sociais da Ordem para o quadriénio de 2022 a 2025, que se realizou no dia 18 de novembro de 2021, o conselho diretivo está empenhado nesta concretização no curto prazo.

- O edifício na avenida 24 de Julho, anterior sede da Ordem, atualmente necessita de um valor elevado para obras de manutenção. Este imóvel pertence ao ativo fixo tangível atendendo que não reúne os requisitos previstos na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 8 – Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (NCRF 8) para ser considerado um ativo não corrente detido para venda.

O rendimento previsto referente às alienações destes imóveis será utilizado para a expansão dos serviços prestados aos membros, mais concretamente, para remodelação das instalações da representação do Porto, aquisição de uma nova representação em Braga mais ajustada às necessidades dos membros, e criação

de condições para o início de prestação de serviços de saúde aos membros, nomeadamente a agilização de condições para a existência de consultórios, em espaços específicos nas representações para o efeito, possibilitando a realização de consultas médicas em áreas de especialidade de psicologia, estomatologia, e nutrição.

As multas de processos disciplinares apresentam um valor orçamentado para 2022 de 45.868 euros, tendo como base o valor real estimado do ano de 2021 e a respetiva quebra (27,4%) em relação a 2020.

O valor orçamentado de 4.920 euros, em outros rendimentos é referente ao valor estimado de juros de mora de cobrança das quotas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Gastos

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos totais orçamentados para os anos de 2021 e 2022:

<i>euros</i>					
Gastos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Varição	Varição %	% s/total
CMVMC	15 000		15 000		0,1%
FSE	13 167 553	10 640 850	2 526 703	23,7%	64,3%
Gastos com o pessoal	5 591 733	5 337 013	254 720	4,8%	27,3%
Gastos de depreciação e de amortização	1 239 526	1 110 709	128 817	11,6%	6,1%
Perdas por imparidade	96 000	144 000	-48 000	-33,3%	0,5%
Outros gastos	277 894	464 031	-186 137	-40,1%	1,4%
Gastos de financiamento	76 391	60 249	16 142	26,8%	0,4%
Total	20 464 096	17 756 851	2 707 245	15,2%	100,0%

Os gastos totais previstos para o ano de 2022 apresentam um montante de 20.464.096 euros, com um aumento de 2.707.245 euros (+15,2%) em relação ao valor orçamentado no ano de 2021.

Os fornecimentos e serviços externos são os gastos com maior peso no orçamento total da Ordem um uma percentagem de 64,3% a que corresponde o montante de 13.167.553 euros, e apresentam um aumento de 23,7% (+2.526.703 euros) face ao orçamento de 2021.

O valor dos gastos com o pessoal orçamentado para o ano de 2022, tem um peso de 27,3% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 5.591.733 euros, mais 4,8% que o valor orçamentado no ano de 2021.

Comparação do orçamento 2022 com o orçamento de 2021

euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %	% s/total
Subcontratos	4 009 693	3 403 279	606 414	17,8%	30,5%
Serviços especializados	5 038 523	3 846 829	1 191 694	31,0%	38,3%
Trabalhos especializados	3 260 172	2 027 010	1 233 162	60,8%	24,8%
Publicidade e propaganda	31 540	35 516	-3 976	-11,2%	0,2%
Vigilância e segurança	154 599	149 551	5 048	3,4%	1,2%
Honorários	1 069 420	874 850	194 570	22,2%	8,1%
Conservação e reparação	207 902	381 985	-174 083	-45,6%	1,6%
Serviços bancários	191 000	198 021	-7 021	-3,5%	1,5%
Outros	123 889	179 896	-56 007	-31,1%	0,9%
Materiais	54 996	60 515	-5 519	-9,1%	0,4%
Ferramentas e utensílios	6 000	6 000			
Livros e documentação técnica	2 400	2 400			
Material de escritório	30 996	34 515	-3 519	-10,2%	0,2%
Artigos para oferta	15 600	17 600	-2 000	-11,4%	0,1%
Energia e fluídos	125 326	165 228	-39 902	-24,1%	1,0%
Deslocações, estadas e transportes	258 227	208 916	49 311	23,6%	2,0%
Serviços diversos	3 680 788	2 956 083	724 705	24,5%	28,0%
Rendas e alugueres	531 625	228 056	303 569	133,1%	4,0%
Comunicação	871 612	543 441	328 171	60,4%	6,6%
Seguros	2 059 924	1 966 788	93 136	4,7%	15,6%
Contencioso e notariado	5 400	5 400			
Despesas de representação	32 473	43 548	-11 075	-25,4%	0,2%
Limpeza, higiene e conforto	179 756	168 850	10 906	6,5%	1,4%
Total	13 167 553	10 640 850	2 526 703	23,7%	100,0%

A rubrica de fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

a) Subcontratos

Os subcontratos incluem, sobretudo, os gastos com o sistema de informação do contabilista certificado (SICC), com o desenvolvimento, alojamento e atualização do programa TOConline, a impressão das agendas e calendários, a impressão do livro de Contabilidade e com as publicações periódicas da Ordem, e apresentam para 2022 um valor de 4.009.693 euros, sendo a rubrica com maior peso nos fornecimentos e serviços, representando 30,5%. Em 2022, os subcontratos registam um aumento de 606.414 euros (+17,8%) face ao valor orçamentado para o ano de 2021, sendo a razão deste aumento o valor referente ao alojamento, manutenção e atualização do programa TOConline (+62.963 euros) e de forma muito significativa o valor referente à impressão do livro de Contabilidade e das agendas e calendários a enviar a todos os membros.

O gasto referente ao serviço de impressão da revista contabilista regista um valor de 122.775 euros, valor inferior em 9,1% (-12.289 euros) ao valor orçamentado para 2021, atendendo que está previsto em 2022 o envio de duas revistas para todos os membros.

euros

Subcontratos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %
Vinhetas	4 616	2 400	2 216	92,3%
SICC	70 689	70 689		
TOCOnline	3 250 598	3 187 635	62 963	2,0%
Impressão agendas	331 502		331 502	
Impressão livro Contabilidade	220 533		220 533	
Impressão Revista CC	122 775	135 065	-12 289	-9,1%
Outras impressões	8 980	7 491	1 489	19,9%
Total	4 009 693	3 403 279	606 414	17,8%

b) Serviços especializados

Os serviços especializados em 2022 apresentam um valor de 5.038.523 euros, com um aumento de 31,0% (+1.191.694 euros) em relação ao orçamento de 2021, e representam 38,3% do valor total dos fornecimentos e serviços externos.

Trabalhos especializados e honorários

Os trabalhos especializados em 2022 apresentam um valor de 3.260.172 euros, com um aumento de 60,8% (+1.233.162 euros) em relação ao orçamento de 2021. Deste valor, a maior fatia é referente aos gastos de trabalhos especializados da formação eventual, formação segmentada (incluindo o SAF-T em ambiente de trabalho), formação à distância, formação *plug-in*, formação recorrente e reuniões livres, que tem um valor de 738.171 euros, com um peso de 22,6% do valor total dos trabalhos especializados, valor superior em 5,8% (+ 40.193 euros) em relação ao orçamento de 2021.

Os honorários apresentam em 2022 um valor de 1.069.420 euros, mais 194.570 euros (+22,2%) face ao orçamento de 2021. Nesta rubrica de honorários a formação profissional apresenta um valor de 513.581 euros, com uma redução face a 2021 de 361.269 euros (-41,3%). Na rubrica de honorários está também incluído o valor de 39.099 euros para as várias Comissões, o valor de 59.500 euros para os autores do livro de contabilidade, e o valor de 300.000 euros para honorários médicos para consultas a realizar nos gabinetes ajustados para o efeito nas representações que reúnam condições para o efeito.

No quadro seguinte são apresentados os valores agregados referentes a trabalhos especializados (formadores e restauração) e honorários (formadores) referentes às várias modalidades de formação profissional disponíveis para os membros. Englobando o valor de trabalhos especializados e honorários os gastos referentes à for-

mação profissional apresentam, em 2022, um valor de 1.251.752 euro, ou seja, uma redução de 211.906 euros (-14,5%) face ao orçamento do ano de 2021. De referir que os gastos dos formadores podem ser considerados trabalhos especializados ou honorários conforme a qualidade de sujeito passivo que emite as faturas.

euros

Formação	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Var. %
Formação eventual	463 862	225 308	238 554	105,9%
Formadores segmentada SAF-T AT	45 204	100 310	-55 106	-54,9%
Formação segmentada	147 961	219 849	-71 888	-32,7%
Formação distância / <i>plug-in</i>	233 934	276 873	-42 939	-15,5%
Formação recorrente	5 400	3 600	1 800	50,0%
Formadores reuniões livres	311 392	151 319	160 073	105,8%
Formação <i>plug-in</i> apoio retoma		292 000	-292 000	-100,0%
Formadores TOOnline ambiente trabalho	44 000	194 400	-150 400	-77,4%
Total Trab. Especializados e Honorários	1 251 752	1 463 658	-211 906	-14,5%

Os trabalhos especializados incluem o valor de 514.956 euros para os serviços especializados de informática e 96.150 euros para serviços especializados do *TOOnline*.

Para além do referido os trabalhos especializados incluem ainda o valor de 491.231 euros para as várias Comissões, o valor de 600.000 euros para a realização do Congresso a realizar em setembro, o valor de 112.427 euros para a coleção Essencial, o valor de 80.000 euros para a Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados, o valor de 70.302 euros para os envelopes e *handling* das agendas e calendários, o valor de 67.264 euros para envelopes e *handling* do livro de Contabilidade.

Publicidade e Propaganda

Esta rubrica tem valor orçamentado para o ano de 2022 de 31.540 euros, menos 3.976 euros (-11,2%) que o valor orçamentado para o ano de 2021, sido orçamentado um valor de 7.000 euros para o congresso CC.

Vigilância e Segurança

Os gastos referentes a vigilância e segurança em 2022 apresentam um valor de 154.599 euros, muito equivalente ao valor apresentado no orçamento de 2021, com um aumento de 5.048 euros (+3,4%). Do montante total previsto para o ano de 2022, 80.980 euros são atribuídos à sede e ao auditório de Lisboa, e 66.408 euros para a delegação e auditório do Porto.

Conservação e Reparação

Os serviços especializados de conservação e reparação apresentam em 2022 um valor de 207.902 euros, com uma redução de 174.083 euros (-45,6%) face ao orçamento de 2021 e tendo em consideração os valores reais de 2021.

Serviços Bancários

Em relação aos serviços bancários prevê-se para 2022 um gasto de 191.000 euros, menos 7.021 euros (-3,5%) que o valor previsto no orçamento para o ano de 2021, ajustado ao valor real de 2021.

Outros Serviços Especializados

Os outros serviços especializados com um valor previsto para 2022 de 123.889 euros, incluem o valor de 112.013 euros referente ao valor da renda do edifício da rua 24 julho do período de janeiro a agosto, o qual reverte na totalidade para o Fundo de Pensões.

c) Materiais

Esta rubrica apresenta um valor orçamentado para 2022 de 54.996 euros, menos 5.519 euros (-9,1%) que o valor orçamentado para 2021, e refere-se essencialmente aos gastos com o material de escritório.

d) Energia e fluídos

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa, Porto e representações da Ordem, apresentam uma variação de menos 39.902 euros (-24,1%) face ao valor apresentado no orçamento de 2021, sendo o valor previsto para o ano de 2022 de 125.326 euros.

e) Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica de deslocações, estadas e transportes regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações dos diversos Órgãos ao serviço da Instituição.

O valor orçamentado para o ano de 2022 é de 258.227 euros, com um aumento em relação ao valor orçamentado para o ano de 2021 de 49.311 euros (+23,6%) que se justifica face a um incremento de eventos e formação presenciais. Estão incluídos nesta rubrica os gastos de deslocações, estadas e transportes dos órgãos sociais no montante de 104.174 euros. Também estão incluídos nesta rubrica o valor de 141.669 euros para as deslocações, estadas e transportes da formação, representações internacionais, conferências e outros eventos e o montante de 12.384 euros para deslocações, estadas e transportes dos colaboradores dos vários departamentos ao serviço da Ordem.

f) Serviços diversos

Rendas e alugueres

O valor dos gastos previstos para rendas e alugueres no ano de 2021 é de 531.625 euros, com um aumento de 303.569 euros (+133,1%) em relação ao valor orçamenta-

do para o ano de 2021, sendo o valor de 200.000 euros referente ao congresso CC a realizar em setembro.

Nesta rubrica destaca-se ainda o valor dos alugueres para as reuniões livres de 42.750 euros, e para a formação o valor de 190.326 euros.

Comunicação

O valor previsto para comunicação em 2022 é de 871.612 euros, com um aumento em relação ao valor previsto no orçamento de 2021 de 328,171 euros (+60,4%). Neste valor está incluído o montante de 138.868 euros para o envio a todos os membros das agendas e calendários e o valor de 289.898 euros para o envio do livro de Contabilidade, sendo este facto a razão do aumento dos gastos de comunicação.

Seguros

No que respeita à previsão de gastos com seguros, a mesma inclui as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multirriscos e responsabilidade civil contratados para o exercício da atividade institucional.

O valor previsto no orçamento para 2022 é de 2.059.924 euros, com um aumento em relação ao valor orçamentado para 2021 no montante de 93.136 euros (+4,7%). Salienta-se que esta rubrica tem um peso muito expressivo de 15,6% no valor total dos gastos de fornecimentos e serviços externos.

O valor orçamentado para 2022 do seguro de responsabilidade civil é de 598.680 euros, menos 148.920 euros (-19,9%) face ao valor orçamentado para o ano de 2021. Esta redução anual prevista está diretamente relacionada com a redução do valor anual a pagar pelo Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (SRCP) do contabilista certificado no período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022.

O valor referente ao seguro de saúde dos membros em 2022 apresenta um valor de 1.428.541 euros, mais 240.019 euros (+20,0%) face ao valor orçamentado para 2021, que apresentou um valor de 1.188.522 euros, atendendo que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 1.080.000 euros para 1.214.165 euros.

Contencioso e Notariado

O montante orçamentado para 2022 em relação a gastos de contencioso e notariado é de 5.400 euros, valor igual ao orçamentado para o ano de 2021.

Limpeza, Higiene e Conforto

Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se para o ano de 2022 um valor de 179.756 euros, com um aumento de 10.906 euros (+6,5%) face ao valor orçamentado no ano de 2021. Este gasto subiu substancialmente pelas necessidades adicionais de aquisição de serviços de limpeza e higiene no âmbito das medidas de proteção Covid-19.

Gastos com o pessoal

Promovendo por serviços mais capazes, ágeis e eficientes, que respondam prontamente a todas as necessidades dos membros, ao longo de 2022 pretende-se reforçar os serviços em matérias nevrálgicas, por exemplo, consultoria técnica, jurídica e sistemas de informação.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 127 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.

Os gastos com pessoal, que incluem as remunerações e encargos dos colaboradores e órgãos sociais da OCC apresentam um valor de 5.591.733 euros, registando um aumento de 254.720 euros (+4,8%) face ao orçamento de 2021.

As remunerações dos Órgãos Sociais são processadas com base no estipulado pela Comissão de Fixação das Remunerações dos Órgãos Sociais para o ano 2021. Ainda não foi eleita a nova Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais atendendo ao novo ato eleitoral realizado no dia 18 de novembro de 2021. O valor apresentado no orçamento é uma mera previsão podendo sofrer alterações com os valores a definir pela Comissão.

euros

Gastos com o pessoal	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %
Remunerações órgãos sociais	632 919	601 780	31 139	5,2%
Remunerações do pessoal	3 865 351	3 686 345	179 006	4,9%
Encargos sobre remunerações órgãos sociais	133 641	127 074	6 567	5,2%
Encargos sobre remunerações do pessoal	806 963	767 437	39 526	5,2%
Seguros de acidente no trabalho	21 890	19 242	2 648	13,8%
Gastos de ação social	30 112	30 112	0	0,0%
Outros gastos com o pessoal	100 858	105 023	-4 165	-4,0%
Total	5 591 733	5 337 013	254 720	4,8%

Outros Gastos

euros

Outros Gastos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Variação	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	1 239 526	1 110 709	128 817	11,6%
Ativos fixos tangíveis	1 165 534	965 227	200 307	20,8%
Ativos intangíveis	73 991	145 481	-71 490	-49,1%
Perdas por imparidade	96 000	144 000	-48 000	-33,3%
Em dívidas a receber	96 000	144 000	-48 000	-33,3%
Outros gastos	277 894	464 031	-186 137	-40,1%
Impostos	39 246	43 339	-4 093	-9,4%
Donativos	6 000	24 000	-18 000	-75,0%
Quotizações	222 422	236 466	-14 044	-5,9%
Outros	10 225	160 225	-150 000	-93,6%
Gastos de financiamento	76 391	60 249	16 142	26,8%
Juros de financiamentos obtidos	45 421	53 610	-8 189	-15,3%
Juros contrato de locação financeira	30 971	6 639	24 332	366,5%

Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam um valor de 1.165.534 euros com um aumento de 200.307 euros (+20,8%) face ao orçamento de 2021. O valor estimado das depreciações tem em consideração os ativos fixos tangíveis atualmente existentes e o investimento previsto para 2022 para a representação de Viana do Castelo, a aquisição de equipamento informático de 111.900 euros, a aquisição de equipamentos no montante de 200.000 euros para os gabinetes das representações para prestação de consultas médicas aos membros, a aquisição de quatro viaturas com o valor de 195.000 euros.

As amortizações de ativos intangíveis apresentam um valor de 73.991 euros com uma redução de 71.490 euros (-49,1%) em relação ao valor orçamentado para 2021. O valor estimado das amortizações tem em consideração os ativos intangíveis atualmente existentes, e o investimento previsto para 2022 para conclusão do novo *site* e APP.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam um valor orçamentado para 2022 no montante de 96.000 euros, registando uma redução de 48.000 euros (-33,3%) face ao valor do orçamento de 2021.

Outros gastos

Os «Outros gastos» incluem os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades nacionais e internacionais onde participamos (European Federation of Accountants for SME's (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), *International Federation of Accountants* (IFAC), Edinburgh Group (EG), *Instituto Internacional de Costos* (IIC), União de Contabilistas e Auditores de Língua

Portuguesa (UCALP), Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) e Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES).

Esta rubrica apresenta um valor orçamentado em 2022 no montante de 277.894 euros, menos 186.137 euros (-40,1%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2021.

O valor orçamentado para o ano de 2022 referente a impostos é de 39.246 euros, o valor referente a donativos é de 6.000 euros, o valor estimado para quotizações é de 222.422 euros e o valor dos outros gastos é de 10.225 euros. No ano de 2021, considerou-se na rubrica de outros gastos o valor de 160.225 euros referentes ao protocolo de cooperação com países lusófonos e implementação do Balcão Único. No orçamento de 2022, o valor previsto de 49.200 euros para o arranque da implementação do Balcão Único está inserido nos gastos de informática de trabalhos especializados.

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2022 de 76.391 euros apresentam um aumento de 16.142 euros (+26,8%) face ao valor orçamentado em 2021, dado que apesar do valor referente aos financiamentos ser mais baixo, está incluído nesta rubrica o valor de 26.655 euros referente às comissões de liquidação antecipada do contrato de Leasing n.º 20006211 do imóvel na Avenida Almirante Gago Coutinho, com alienação prevista no mês de setembro de 2022.

Os juros de financiamento estão estritamente relacionados com os investimentos realizados de aquisição e remodelação das novas instalações do Porto e do novo auditório de Lisboa, e das instalações adquiridas para a "Casa do CC" de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho.

Plano anual de investimentos

euros

	Orçamento 2022	Orçamento 2021
Ativos fixos tangíveis	656 900	65 000
Edifícios e Outras Instalações	150 000	
Delegação Viana Castelo	150 000	
Equipamento administrativo	311 900	65 000
Biblioteca Porto		65 000
Clinicas médicas	200 000	
Equipamento informático	111 900	
Equipamento transporte	195 000	
4 viaturas	195 000	
Ativos intangíveis	207 507	258 177
Site e App	207 507	258 177
Investimentos em curso	3 000 000	150 000
Instalações do Porto	2 000 000	150 000
Instalações de Braga	1 000 000	
Total	3 864 407	473 177

No dia 5 de julho de 2021, foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixo tangíveis, com o valor de 199.114 euros, dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar no ano de 2022 que estão previstas no orçamento com o valor de 150.000 euros.

A nível do equipamento administrativo está previsto a aquisição de equipamento informático no valor de 111.900 euros, a aquisição de equipamentos no montante de 200.000 euros para os gabinetes das representações para prestação de consultas médicas aos membros, e a aquisição de quatro viaturas com o valor total de 195.000 euros.

No caso dos ativos intangíveis, está previsto o investimento de 207.507 euros para a conclusão do novo site e APP. O processo de contratação pública para adjudicação dos serviços para desenvolvimento do novo portal institucional (Site OCC/Mobile APP) foi agilizado no 4.º trimestre de 2020 e o seu desenvolvimento arrancou no início de 2021, encontrando-se em curso em 31 de dezembro de 2021 o valor de 50.670 euros.

O rendimento previsto referente às alienações previstas do imóveis, da Avenida Gago Pereira Coutinho e Avenida 24 de julho, será utilizado para a expansão dos serviços prestados aos membros, mais concretamente, para remodelação das instalações da representação do Porto para o qual existe um valor orçamentado de 2.000.000 euros considerado em investimentos em curso, aquisição de uma nova representação em Braga mais ajustada às necessidades dos membros para o qual existe um orçamento de 1.000.000 euros em investimentos em curso, e criação de condições para o início de prestação de serviços de saúde aos membros, nomeadamente a agilização de condições para a existência de consultórios, em espaços específicos nas representações para o efeito, para existir a possibilidade de realização de consultas médicas em áreas de especialidade de psicologia, estomatologia, e nutrição, para qual como já referido existe um orçamento para aquisição de equipamento para os gabinetes de consultas médicas de 200.000 euros e um valor estimado em gastos de honorários médicos de 300.000 euros.

Os investimentos previstos são realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem e são concretizados na proporção das disponibilidades financeiras correntes existentes.

Tesouraria

O orçamento de tesouraria para 2022 apresenta valores estimados para o período de janeiro a dezembro de acordo com o orçamento previsto e os compromissos previamente assumidos.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de tesouraria e depósitos de curto prazo em 01/01/2022 de 2.393.936 euros, de acordo com o valor do saldo final a 31/12/2021, o valor total previsto de recebimentos de 27.414.282 euros e de pagamentos de 26.733.933, prevê-se um saldo positivo em tesouraria e depósitos de curto prazo a 31/12/2022 de 3.074.284 euros.

No quadro das duas páginas seguintes apresenta-se o orçamento de tesouraria para o ano de 2022, o montante esperado referente às aplicações financeiras e os valores referentes à ao *plafond* disponível para utilização, ambos com referencia ao ano de 2022.

Desde o início do primeiro mandato, no ano de 2018 o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar. De realçar, que no início de março de 2018 a utilização das contas caucionadas era de 1.846.000 euros, e que, fruto de uma boa gestão das cobranças e dos gastos, fez com que o objetivo do Conselho Diretivo de amortização da totalidade das contas caucionadas fosse concretizado no início de outubro de 2018, num tempo inferior ao previsto.

Para o ano de 2022, tal como durante os anos de 2019 a 2021, mantendo a mesma política de boa gestão das despesas com medição da efetiva necessidade em relação aos objetivos definidos no plano de atividades e gestão cada vez mais eficiente dos valores cobrados, não está prevista a utilização de qualquer valor das contas caucionadas. Apesar disso, e tendo em consideração a premissa de uma gestão prudente e de boa cobertura de qualquer imprevisto extraordinário devido a razões exógenas ou outras análogas, está previsto para o ano de 2022 a manutenção do *plafond* disponível para utilização de 1.250.000 euros do Millennium BCP e do Santander Totta.

Com especial destaque recordamos que o investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede da OCC, na Av. Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa, foi de 12.440.343 euros, tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, que terminou em junho de 2020. Este contrato com um valor total de financiamento de 9.500.000 euros, que no final de 2019 apresentava um montante em dívida de 482.739 euros, foi totalmente

Orçamento de tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado
RECEBIMENTOS	2 441 402	1 515 037	1 526 089	2 371 252	1 129 434	1 494 408
Quotas Recebidas	1 657 403	528 125	746 181	1 337 619	344 130	572 394
Ações Formação	41 740	269 468	94 044	286 156	53 164	265 932
Outras Receitas	670 069	646 034	594 218	669 293	649 522	592 686
Venda de imóveis						
Fundo de Pensões	72 190	71 410	91 647	78 184	82 618	63 396
PAGAMENTOS	1 720 132	1 978 451	1 842 905	2 071 261	1 636 777	1 995 719
Seguros	152 751	152 751	152 751	201 293	176 570	176 570
Fornecedores C/C	1 036 267	1 015 947	1 060 084	1 097 135	710 667	953 421
Fornecedores de Investimentos		158 003	22 380	195 000	75 000	67 140
Recursos Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	322 164	391 901	388 650	368 350	388 150	610 150
Impostos	51 368	42 545	49 882	50 302	61 576	51 532
Pagamentos diversos	21 014	21 132	21 036	21 000	21 092	21 034
Membros – Fundo Social	11 519	11 519	11 519	11 519	11 519	11 519
Entregas Fundo Pensões	86 192	85 412	105 649	92 186	96 620	77 398
Financiamentos	11 447	78 117	11 454	11 458	78 128	11 466
Outros Gastos Financeiros	27 412	21 125	19 501	23 019	17 454	15 490
BALANÇO MÊS	721 270	-463 414	-316 815	299 991	-507 343	-501 311
Saldo estimado a 31/12/2021:						
	893 936					
ACUMULADO MÊS	1 615 206	1 151 792	834 976	1 134 967	627 625	126 313
Saldo Aplicação Financeira:						
Banco Comercial Português	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000
TOTAL tesouraria + depósitos curto prazo	3 115 206	2 651 792	2 334 976	2 634 967	2 127 625	1 626 313
Plafond disponível para utilização:						
BCP	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000

euros

Orçamento de tesouraria	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	
RECEBIMENTOS	2 063 260	1 169 814	8 646 414	1 979 854	1 530 371	1 546 945	27 414 282
Quotas Recebidas	1 355 621	417 162	594 526	1 232 850	431 004	615 891	9 832 906
Ações Formação	36 636		170 428	102 348	429 964	200 519	1 950 399
Outras Receitas	582 479	660 731	818 731	576 347	590 382	575 976	7 626 469
Venda de imóveis			7 000 000				7 000 000
Fundo de Pensões	88 524	91 921	62 729	68 309	79 021	154 559	1 004 508
PAGAMENTOS	1 795 592	1 531 083	4 072 219	2 364 250	2 616 548	3 108 998	26 733 933
Seguros	176 570	276 570	176 570	176 570	184 550	176 570	2 180 089
Fornecedores C/C	830 161	579 590	1 607 376	808 427	951 399	1 337 513	11 987 986
Fornecedores de Investimentos	40 000		1 324 504	822 380	610 000	761 220	4 075 628
Recursos Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	531 650	378 150	378 150	378 150	607 150	565 650	5 308 265
Impostos	48 303	62 708	48 094	44 624	58 743	55 213	624 890
Pagamentos diversos	20 995	20 950	21 132	21 047	20 990	20 950	252 372
Membros – Fundo Social	11 519	11 519	11 519	11 519	11 519	11 519	138 223
Entregas Fundo Pensões	102 526	105 923	62 729	68 309	79 021	154 559	1 116 521
Financiamentos	11 469	78 140	399 393	8 277	74 944	8 277	782 569
Outros Gastos Financeiros	22 400	17 534	42 752	24 947	18 232	17 527	267 391
BALANÇO MÊS	267 669	-361 269	4 574 196	-384 395	-1 086 176	-1 562 053	680 349
Saldo estimado a 31/12/2021:							
	893 936						
ACUMULADO MÊS	393 982	32 714	4 606 909	4 222 514	3 136 337	1 574 284	1 574 284
Saldo Aplicação Financeira:							
Banco Comercial Português	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	
TOTAL tesouria + depósitos curto prazo	1 893 982	1 532 714	6 106 909	5 722 514	4 636 337	3 074 284	3 074 284
Plafond disponível para utilização:							
BCP	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	

amortizado no 1.º semestre de 2020. No dia 22 de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura efetiva.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, tem um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros (4.000.000 euros), com um valor em dívida no fim de 2021 de 2.600.000 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros estará totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. Durante o ano de 2022 está prevista a amortização de 266.667 euros, sendo o montante em dívida no fim de 2022 de 2.333.333 euros.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Avenida Defensores de Chaves, foi realizado um investimento de 4.709.382 euros, pelo que foi necessário recorrer a um financiamento no BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida no final de 2021 é de 1.893.923 euros sendo o montante amortizado em 2022 de 99.323 euros, pelo que o valor previsto em dívida no final de 2022 será de 1.794.600 euros.

As instalações adquiridas para a casa OCC de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de investimento até ao momento de 1.484.910 euros, tiveram um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com um valor em dívida no final de 2020 de 454.331 euros, que será amortizado até 2031. Existe ainda um valor aprovado de financiamento no valor de 100.000 euros para obras de remodelação que não foi utilizado. Durante o ano de 2022 prevê-se amortizar a totalidade da dívida existente em 31 de dezembro de 2021 no valor de 416.579 euros, uma vez que está prevista alienação do imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho no mês de setembro de 2022.

De acordo com o orçamento de tesouraria o valor estimado da dívida em 31 de dezembro de 2022 é 4.127.933 euros, com uma amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2022 no valor de 6.052.918 euros, que corresponde a uma amortização de 59,5% do montante em dívida em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2022

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2022	Real 31/12/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e membros	19 297 601	17 529 806
Pagamentos a fornecedores	-14 420 447	-10 612 744
Pagamentos ao pessoal	-5 308 265	-4 816 616
Caixa geradas pelas operações	-431 111	2 100 446
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	-1 066 127	-1 134 512
Fluxos das atividades operacionais (1)	-1 497 237	965 934
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3 868 120	-410 876
Ativos Intangíveis	-207 507	-53 437
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	4 112 013	168 662
Investimentos financeiros		
Outros ativos	3 000 000	
Juros e rendimentos similares	160	43
Fluxos das atividades de investimento (2)	3 036 545	-295 609
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos de depósitos bancários	-365 990	-365 990
Juros e gastos similares	-76 391	-58 279
Financiamentos obtidos de locação financeira	-416 579	-37 678
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-858 960	-461 946
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	680 349	208 379
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 393 936	2 185 557
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 074 284	2 393 936

Balanço Previsional em 31/12/2022

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2022	Real 31/12/2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	25 466 296	22 974 930
Bens do património histórico e cultural	217 028	217 028
Ativos Intangíveis	189 399	55 883
Outros créditos e ativos não correntes	29 218	21 541
Subtotal	25 901 940	23 269 381
Ativo corrente		
Créditos a receber	2 052	2 111
Estado e outros entes públicos		19 292
Membros	2 208 019	2 312 814
Diferimentos	216 000	333 145
Outros ativos correntes	203 560	287 277
Ativos não correntes detidos para venda		1 496 628
Caixa e depósitos bancários	3 074 284	2 393 936
Subtotal	5 703 915	6 845 203
Total do ativo	31 605 856	30 114 584
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	20 817 009	20 730 266
Resultados transitados	38 321	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	111 777	129 922
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Subtotal	20 987 107	20 918 509
Resultado líquido do período	1 943 891	205 629
Total dos fundos patrimoniais	22 930 998	21 124 138
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	3 761 944	4 127 933
Subtotal	3 761 944	4 127 933
Passivo corrente		
Fornecedores	584 869	589 099
Estado e outros entes públicos	278 000	244 213
Financiamentos obtidos	365 990	365 990
Diferimentos	2 368 517	2 000 394
Outros passivos correntes	1 315 538	1 246 238
Passivos não correntes detidos para venda		416 579
Subtotal	4 912 913	4 862 512
Total do passivo	8 674 857	8 990 446
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	31 605 856	30 114 584

Demonstração Previsional dos Resultados por Naturezas

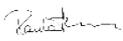
euros

Rendimentos e Gastos	Orçamento 2022	Orçamento 2021	Real 2021	Orçamento Variação	Orçamento Variação %
Vendas e serviços prestados	18 077 326	17 865 962	16 448 313	211 364	1,2%
Subsídios à exploração			1 923		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-15 000		-4 451	-15 000	
Fornecimentos e serviços externos	-13 167 553	-10 640 850	-10 185 722	-2 526 703	23,7%
Gastos com o pessoal	-5 591 733	-5 337 013	-4 938 405	-254 720	4,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-96 000	-144 000	132	48 000	-33,3%
Outros rendimentos	4 330 502	240 476	232 750	4 090 026	1700,8%
Outros gastos	-277 894	-464 031	-284 034	186 137	-40,1%
Resultados antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 259 648	1 520 544	1 270 505	1 739 105	114,4%
Gastos de depreciação e amortização	-1 239 526	-1 110 709	-1 006 973	-128 817	11,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 020 123	409 835	263 532	1 610 288	392,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	160	891	57	-731	-82,1%
Juros e gastos similares suportados	-76 391	-60 249	-57 647	-16 142	26,8%
Resultado antes de impostos	1 943 891	350 477	205 942	1 593 414	454,6%
Imposto sobre o rendimento do período			-312		
Resultado líquido do período	1 943 891	350 477	205 629	1 593 414	454,6%

Conforme demonstração previewal dos resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2022 ascenda a 1.943.891 euros.

Aprovado em reunião de conselho diretivo de 11 de fevereiro de 2022.

O conselho diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Helena Costa	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira

XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2022

Nos termos das disposições estatutárias, mormente do disposto no art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, não compete ao Conselho Fiscal (CF) a emissão de Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (doravante apenas 'PAO2022') anual da Ordem. No entanto, o Conselho Diretivo (CD) solicitou ao CF a emissão de Parecer sobre o PAO2022.

O PAO2022 assenta em três vetores estratégicos – "A Ordem dos membros, para os membros e com os membros", "Reinvenção do contabilista Certificado" e "Profissão de interesse público" – abrangendo o Plano de atividades, os Mapas previsionais de rendimentos e de gastos, o Plano anual de investimentos, o Balanço previsional em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 31.605.856 euros e um total dos fundos patrimoniais de 22.930.998 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.943.891 euros), a Demonstração previsional dos resultados por naturezas, a Demonstração previsional dos fluxos de caixa e o Orçamento de tesouraria, todos referentes ao período de 2022.

Para a concretização dos vetores estratégicos mencionados, encontra-se previsto um plano operacional, contemplando um conjunto de medidas e ações a realizar.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional.

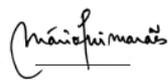
Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO2022.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

Por fim, advertimos que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, sobretudo no contexto pandémico atual no qual o exercício orçamental em apreço foi formulado, pelo que as quantias reais poderão vir a ser diferentes das previstas e as variações poderão ser materialmente relevantes.

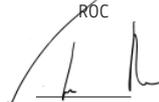
Face ao exposto, o CF dá parecer favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2022 apresentado pelo CD.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2022

Presidente

Mário
da Cunha
Guimarães

Vogal

Raquel
Vandra da
Mota Pinto

RÓC

Sérgio Leonel
Pinto da
Costa Pontes

